



Organização
Internacional
do Trabalho

100
1919-2019

VALORIZAR AS PEQUENAS COISAS

Evidências internacionais da
contribuição para o emprego dos
trabalhadores e trabalhadoras por
conta própria, microempresas e PME



VALORIZAR AS PEQUENAS COISAS

Evidências internacionais da contribuição para o emprego dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, microempresas e PME

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2019
Primeira edição 2019

As publicações do *Bureau* Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos de autor ao abrigo do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos de Autor. Não obstante, podem ser reproduzidos pequenos excertos sem autorização, desde que a fonte seja indicada. Os direitos de reprodução ou tradução têm de ser solicitados, por escrito, às Publicações OIT (Direitos e Licenciamento), através da morada «ILO Publications (Rights and Licensing), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland» ou do endereço de e-mail: rights@ilo.org. O *Bureau* Internacional do Trabalho acolhe com agrado estes pedidos.

As bibliotecas, instituições e outros utilizadores registados numa organização de direitos de reprodução, podem fazer cópias de acordo com as licenças que lhes foram emitidas para essa finalidade. Visite www.ifrro.org para encontrar a organização de direitos de reprodução do seu país.

Valorizar as pequenas coisas: Evidências internacionais da contribuição para o emprego dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, microempresas e PME

ISBN: 9789220362280 (web pdf)

Também disponível em inglês: *Small Matters: Global evidence on the contribution to employment by the self-employed, micro-enterprises and SMEs*, ISBN: 978-92-2-133990-8 (versão impressa) ISBN: 978-92-2-133991-5 (web pdf)

A tradução desta publicação só foi possível com o financiamento do Governo de Portugal, através do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

As designações constantes das publicações da OIT, que estão em conformidade com a prática seguida pelas Nações Unidas, e a apresentação do material nelas contido, não significam a expressão de qualquer juízo de valor por parte do *Bureau* Internacional do Trabalho em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, zona ou território ou das suas autoridades, ou à delimitação das suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressas nos artigos assinados, nos estudos e noutros contributos, continua a ser exclusiva dos seus autores, pelo que a sua publicação não constitui uma aprovação por parte do *Bureau* Internacional do Trabalho das opiniões expressas nos mesmos.

A referência a nomes de empresas, produtos ou procedimentos comerciais não implica a sua aprovação pelo *Bureau* Internacional do Trabalho e o facto de não se mencionar uma determinada empresa, produto ou processo comercial não constitui um sinal de desaprovação

Podem ser obtidas informações sobre as publicações e os produtos digitais da OIT em: www.ilo.org/publns.

Prefácio

Qual a relevância das micro, pequenas e médias empresas para o futuro do trabalho? E a dos/as trabalhadores/as por conta própria?

Qual a relevância das micro, pequenas e médias empresas para o futuro do trabalho? E a dos trabalhadores por conta própria?

Até há pouco tempo, as provas empíricas a nível mundial para responder às perguntas acima eram relativamente limitadas. Muitos estudos anteriores basearam-se em dados de empresas formalmente registadas, deixando de fora a economia informal que, em muitos países, é a que mais contribui para o emprego. Tem-se verificado um reconhecimento crescente do papel, em particular, do trabalho por conta própria e das microempresas na criação de emprego, mas a base de dados empíricos ainda não está bem desenvolvida.

Recorrendo a uma nova base de dados da OIT, o presente relatório proporciona uma avaliação atualizada e realista da contribuição do trabalho por conta própria e das micro e pequenas empresas (doravante designadas «pequenas unidades económicas») para o emprego, na economia formal e informal, em todo o mundo. As estimativas aqui apresentadas baseiam-se em dados de inquéritos a agregados familiares, ao emprego ou outros inquéritos estatísticos realizados, num conjunto representativo de 99 países entre 2009 e 2018, que foram originalmente utilizados para preparar a terceira edição do relatório da OIT *Women and men in the informal economy: A statistical picture* (2018).

A contribuição das pequenas unidades económicas para o total do emprego a nível mundial é significativa; contudo, subsistem desafios consideráveis, tais como o emprego informal generalizado (sobretudo nos países em desenvolvimento), as disparidades entre homens e mulheres e as questões relacionadas com a produtividade e a qualidade dos empregos oferecidos pelas empresas mais pequenas. A análise destes desafios não se inseria no âmbito da investigação realizada para este relatório. De qualquer modo, ainda há muito a fazer para se alcançar um maior número de empregos produtivos, formais e de alta qualidade nas pequenas unidades económicas.

Uma compreensão adequada da contribuição para o emprego das pequenas unidades económicas é essencial para fazer avançar a Agenda para o Trabalho Digno da OIT e pelo menos três dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas:

- ODS1 («Erradicar a pobreza»), uma vez que o emprego é a principal fonte de rendimento da maioria dos agregados familiares a nível mundial;
- ODS8 («Trabalho digno e crescimento económico»);
- ODS10 («Reduzir as desigualdades»), que se inscreve no conceito de Trabalho Digno da OIT e a sua tónica em permitir que todos os membros da sociedade participem na criação de valor económico e usufruam dos benefícios do crescimento.

O papel crucial desempenhado pelas empresas mais pequenas no processo de criação de emprego é reconhecido nos instrumentos internacionais do trabalho,

em particular na Recomendação (N.º 189) sobre a Criação de Emprego nas Pequenas e Médias Empresas, 1998, e também na «Resolução relativa às pequenas e médias empresas e à criação de emprego digno e produtivo», adotada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 104.ª sessão, em 2015.

Este relatório só foi possível graças à disponibilidade dos novos dados recolhidos e organizados por Florence Bonnet do serviço de Mercados de Trabalho Inclusivos, Divisão de Relações Laborais e Condições de Trabalho da OIT (INWORK). Jan de Kok, da consultora Panteia, e Mario Berrios, da Unidade de Pequenas e Médias Empresas do Departamento de Empresas da OIT, redigiram o texto de base. Foram fornecidas contribuições adicionais, bem como comentários, por Merten Sievers, também da Unidade de Pequenas e Médias Empresas.

Esperamos que este relatório enriqueça os debates sobre a criação de emprego, particularmente no que respeita ao importante papel desempenhado pelas pequenas unidades económicas e ao que significa para os esforços nas áreas do desenvolvimento do setor privado, na redução da pobreza e no trabalho digno.

Dragan Radic

Chefe da Unidade de Pequenas e Médias Empresas
Departamento de Empresas da OIT

Índice

Resumo executivo	1
1 Introdução.....	3
2 Dados e metodologia.....	5
Definição das classes de dimensão das empresas.....	5
Definições oficiais <i>versus</i> medidas estatísticas	5
Os trabalhadores por conta própria e as microempresas estão incluídos na categoria de pequenas e médias empresas?	6
Base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas	6
Limitações.....	7
3 Estimativas da contribuição para o emprego dos trabalhadores por conta própria e das micro, pequenas e médias/grandes empresas	9
3.1. Percentagens de emprego desagregadas por regiões e grupos de rendimento dos países	9
3.2. Percentagens de emprego desagregadas por setor informal e setor formal.....	13
3.3. Percentagens de emprego desagregadas por setor económico.....	16
4 Conclusões e implicações.....	22
Referências bibliográficas	27
Anexo I: Distribuição do emprego por dimensão da unidade económica.....	29
Anexo II: Classificações dos países e inquéritos nacionais utilizados para compilar a base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas.....	35
Anexo III: Exemplos selecionados de países em matéria de distribuição do emprego por dimensão da unidade económica e setor	43
Anexo IV: Medir o emprego no setor informal e no setor formal	45
Anexo V: Análise da literatura de estudos sobre a contribuição dos trabalhadores por conta própria e das microempresas para o emprego.....	47



Resumo executivo

O presente relatório analisa, a nível mundial, as evidências da contribuição dos/as trabalhadores e trabalhadoras por conta própria¹ e das empresas de diferentes classes de dimensão para o emprego total. Uma conclusão fundamental é que, no mundo inteiro, os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas (doravante designadas «pequenas unidades económicas») são responsáveis pela maior parte do emprego total.

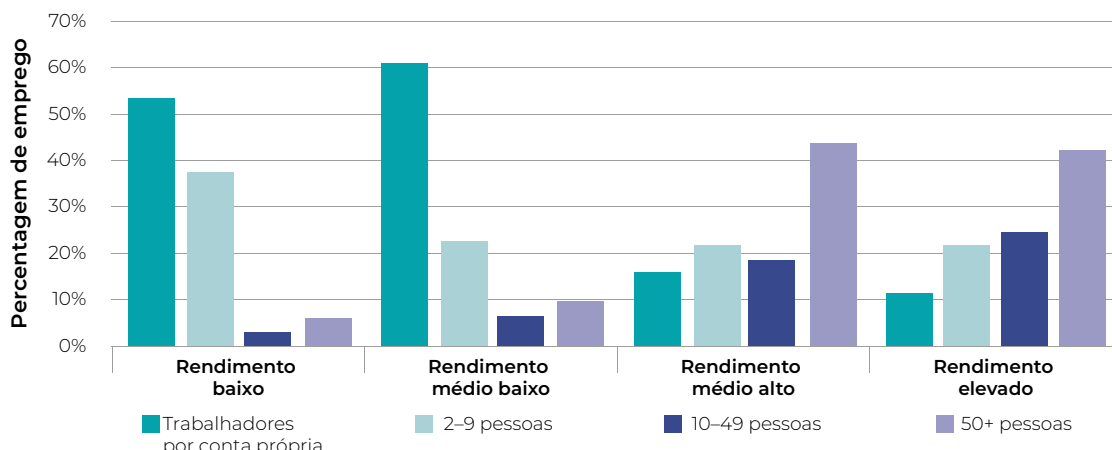
As estimativas aqui apresentadas baseiam-se numa nova base de dados da OIT que se fundamenta em inquéritos nacionais a agregados familiares e ao emprego (por oposição aos inquéritos a empresas) de 99 países de todas as regiões do mundo, com a exceção da América do Norte. Uma vez que estes inquéritos são destinados às pessoas e não às empresas, abrangem o emprego por conta própria e o emprego em todos os tipos de empresas:

- Empresas de todas as classes de dimensão: microempresas (entre 2 a 9 trabalhadores), pequenas empresas (entre 10 a 49 trabalhadores) e médias/grandes empresas (entre 50 ou mais trabalhadores)²;
- Empresas do setor informal, bem como do setor formal;
- Empresas dos setores da agricultura, indústria e serviços (incluindo serviços públicos).

As pequenas unidades económicas, no seu conjunto, representam 70 por cento do total do emprego na amostra dos 99 países estudados para este relatório.

Tanto quanto sabemos, esta é a primeira vez que a contribuição para o emprego dos/as trabalhadores/as por conta própria e das micro, pequenas e médias/grandes empresas foi estimada para um grupo tão vasto de países - sobretudo para países de baixo e médio rendimento. Os estudos anteriores (por exemplo, OIT e GIZ, 2013) foram dificultados pela falta de dados sobre trabalhadores/as por conta própria e microempresas, o que tornou muito difícil obter estimativas fiáveis e comparar adequadamente as percentagens de emprego dos diversos tipos de unidades económicas.

Percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e diferentes classes de dimensão das empresas, por grupo de rendimento do país (%)³



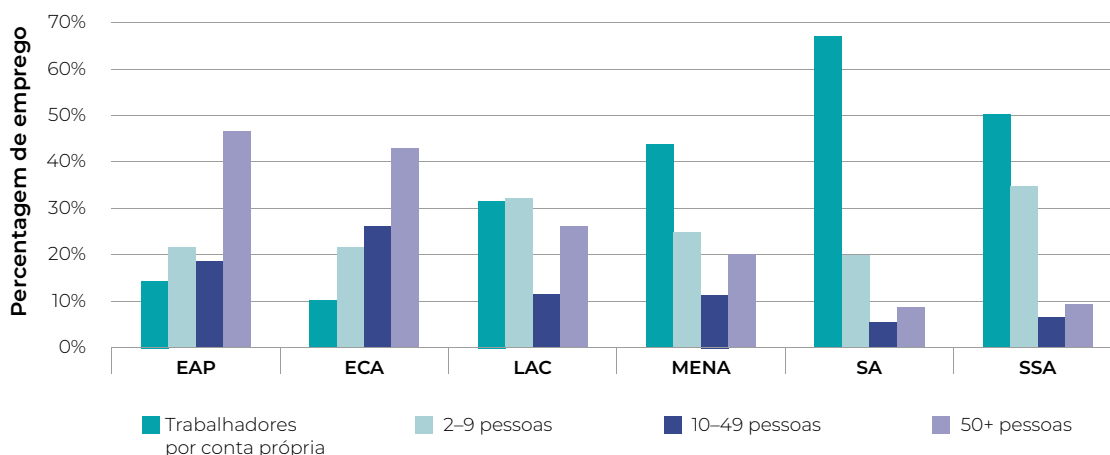
Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

¹ Neste relatório, o termo «trabalho por conta própria» refere-se à subcategoria de «trabalhadores por conta própria sem trabalhadores por conta de outrem», tal como definido na [Resolução relativa às estatísticas sobre relações de trabalho](#) adotada pela 20.ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (ICLS), em 2018, e aos «trabalhadores por conta própria», tal como definido na [Resolução relativa à Classificação Internacional segundo a situação na profissão \(CISP\)](#) adotada pela 15.ª ICLS em 1993. Para efeitos do presente relatório, o termo «trabalho independente» não inclui trabalhadores por conta própria como empregadores (trabalhadores por conta própria com trabalhadores por conta de outrem).

² Devido à considerável divergência na forma como os diferentes países comunicam a distribuição do emprego, fomos obrigados, para fins de comparabilidade, a agrupar médias e grandes empresas numa única categoria de empresas com 50 ou mais trabalhadores.

³ Foram utilizados dados do último ano disponível, entre 2009 e 2018, na elaboração do conjunto de dados de cada país da amostra. Isto aplica-se a todos os cálculos e números apresentados no relatório.

Percentagem do emprego dos trabalhadores por conta própria e diferentes classes de dimensão das empresas, por região (%)



Nota: EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsariana.

Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

A percentagem de emprego combinada das pequenas unidades económicas diminui à medida que o nível de rendimento dos países aumenta. Esta percentagem é mais elevada em países da África, Médio Oriente e Sul da Ásia.

A nova base de dados da OIT atrás mencionada abrange ambos os setores formal e informal, o que possibilita estimar também a contribuição das empresas informais para o emprego.

Tal como a percentagem do emprego das pequenas unidades económicas, a percentagem de emprego do setor informal está negativamente correlacionada com o rendimento *per capita*, variando entre menos de 5 por cento em diversos países de rendimento elevado e mais de 90 por cento em vários países de baixo rendimento.

A contribuição do setor informal para o emprego é particularmente elevada na agricultura, com predominância de trabalhadores/as por conta de outrem, a maioria a trabalhar em modalidades informais.

Nos 99 países da nossa amostra, 62 por cento do total do emprego encontra-se no setor informal.

O presente relatório sofre de certas limitações relacionadas com a metodologia, a classificação das empresas, o conjunto de países para os quais há dados disponíveis e a falta de dados desagregados por sexo, como explicado mais detalhadamente a seguir. Porém, oferece valiosas evidências empíricas em larga escala sobre a contribuição de empresas de diferentes classes de dimensão e dos trabalhadores por conta própria para o total do emprego.

Uma das principais conclusões é que é crucial compreender a realidade enfrentada pelas pequenas unidades económicas para superar os desafios fundamentais em matéria de criação de emprego e melhoria da qualidade do emprego. O apoio às pequenas unidades económicas deve ser uma parte essencial das estratégias de desenvolvimento económico e social a nível mundial, mas sobretudo nos países de baixo e médio rendimento.

1. Introdução

Este relatório apresenta e analisa novas estimativas a nível mundial da contribuição dos trabalhadores por conta própria e de empresas de diferentes classes de dimensão para a criação de emprego em termos da sua respetiva percentagem no emprego total.

Os trabalhadores por conta própria são incluídos na análise tendo em conta o papel significativo que o trabalho independente desempenha em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento. Neste relatório, os trabalhadores por conta própria não são tratados como empresas:⁴ são incluídos como um grupo separado para fins de comparação da contribuição dos diferentes tipos de unidades económicas para o emprego total.

Os dados subjacentes à análise foram retirados de uma nova base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas, que foi elaborada utilizando informações provenientes de inquéritos nacionais e agregados familiares e ao emprego, bem como de outros inquéritos semelhantes representativos, realizados em 99 países. Os dados foram desagregados por regiões mundiais, grupos de rendimento dos países, setores de atividade económica e situação de formalidade/informalidade.

Estudos anteriores (ver Anexo V) evidenciaram a percentagem significativa do trabalho independente e das micro e pequenas empresas no emprego total, mas o seu âmbito é um pouco mais limitado. A este respeito, a principal contribuição do presente relatório é que, graças sobretudo à nova base de dados já referida, é-nos possível apresentar estatísticas sobre o emprego (estimativas) relativas a um grande grupo de países, abrangendo todas as fontes e formas de emprego. As estimativas referem-se não só ao emprego em empresas formais, com pelo menos cinco trabalhadores (ou seja, o grupo-alvo dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial), mas também ao emprego na agricultura, em empresas com menos de cinco trabalhadores, em empresas do setor informal e aos/às trabalhadores/ por conta própria.

O relatório encontra-se estruturado da seguinte forma: o capítulo seguinte apresenta os dados e a metodologia utilizada para estimar as percentagens do emprego; o Capítulo 3 apresenta os resultados da nossa análise; e o Capítulo 4 apresenta algumas conclusões e considera as implicações das nossas conclusões.

⁴ Muitos trabalhadores por conta própria, todavia, são considerados microempresas e são muitas vezes contados como tal nas estatísticas.



2. Dados e metodologia

Este capítulo descreve o conjunto de dados e a metodologia que utilizámos para analisar a contribuição para o emprego dos trabalhadores por conta própria e das empresas de diferentes classes de dimensão. Em primeiro lugar, contudo, analisamos algumas definições e abordagens comuns utilizadas em estudos empíricos anteriores para classificar as empresas de acordo com a sua dimensão. Este é um pré-requisito para explicar o quadro teórico que sustenta a nossa análise.

Definição das classes de dimensão das empresas

Definições oficiais *versus* medidas estatísticas

A definição das classes de dimensão das empresas baseia-se numa combinação de vários critérios, por exemplo, a dimensão da mão de obra, o volume de vendas e o montante de capital investido. São aplicados dois conjuntos diferentes de indicadores pela Sociedade Financeira Internacional (SFI) e pela Comissão Europeia (quadros 2.1 e 2.2).

Para fins estatísticos, o número de trabalhadores é um critério prático e geralmente comparável. Os limites utilizados para distinguir as micro, pequenas e médias empresas (MPME) da classe de dimensão das grandes empresas variam de acordo com as abordagens estatísticas e a situação económica dos países. Os limites superiores mais comuns são 100 e 250 trabalhadores, mas também são utilizados muitos outros limites.⁵

Quadro 2.1. Micro, pequenas e médias empresas, tal como definidas pela Sociedade Financeira Internacional

Indicador	Firm size class*		
	Micro	Pequena	Média
Trabalhadores	<10**	10<50	50<300
Total do ativo	< 100,000\$	100,000\$ < 3 milhões \$	3 milhões \$ < 15 milhões \$
Vendas totais anuais	<100,000 \$	100,000\$ < 3 milhões \$	3 milhões \$ < 15 milhões \$

* As empresas são incluídas numa determinada classe de dimensão específica se cumprirem os critérios relevantes respeitantes a, pelo menos, dois dos três indicadores.

** Outro estudo da SFI afirma explicitamente que as microempresas devem empregar pelo menos um trabalhador (Kushnir, Mirmulstein e Ramalho, 2010), o que significa que os trabalhadores por conta própria estão excluídos desta categoria.

Fonte: SFI (2012).

⁵ Estes valores foram retirados da base de dados de MPME dos Indicadores dos Países, que é mantida pelo Fórum Financeiro das PME gerido pela SFI e contém informações sobre o número de MPME formalmente registadas em quase todos os países. Ver <https://finances.worldbank.org/dataset/MSME-Country-Indicators-2014/ksn2-wm6u>.

Quadro 2.2. Micro, pequenas e médias empresas, tal como definidas pela Comissão Europeia

Indicador	Firm size class*		
	Micro	Small	Medium
Cálculo dos efetivos(em unidades de trabalho anuais)**	<10	<50	<250
Volume de negócios anual	≤ 2 milhões €	≤ 10 milhões €	≤ 50 milhões €
Balanço total anual	≤ 2 milhões €	≤ 10 milhões €	≤ 43 milhões €

* As empresas são incluídas numa determinada classe de dimensão específica se cumprirem os critérios relevantes respeitantes ao cálculo dos efetivos ou a um dos outros dois indicadores (volume de negócios anual ou balanço total anual).

** O cálculo dos efetivos é expresso em unidades de trabalho anuais (UTA), ou seja, o número de pessoas que trabalharam a tempo completo numa empresa, ou em seu nome, durante a totalidade do ano de referência. Os trabalhadores a tempo parcial, os trabalhadores sazonais e os que não trabalharam o ano completo são considerados frações da unidade.

Fonte: CE (2015).

AOs/as trabalhadores/as por conta própria e as microempresas estão incluídos na categoria das pequenas e médias empresas

A maioria dos estudos empíricos que tratam de pequenas e médias empresas (PME) nos países em desenvolvimento e emergentes não abrange, de uma maneira geral (ou abrange apenas de forma limitada), as microempresas e os trabalhadores por conta própria. Tal deve-se sobretudo à dificuldade de identificar e de fazer um levantamento destas unidades económicas, muitas das quais funcionam informalmente grande parte das vezes. De facto, apenas alguns estudos consideram as microempresas e/ou os trabalhadores por conta própria ao avaliar a contribuição das PME para a criação de emprego.

Como já se assinalou, neste relatório os trabalhadores e as trabalhadoras por conta própria não são tratados/as como uma categoria de empresa.

Base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas

A nova base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas foi elaborada utilizando o conjunto de dados subjacentes à terceira edição da publicação *Women and men in the informal economy: A statistical picture* (OIT, 2018), que se baseia em inquéritos nacionais a agregados familiares e ao emprego e inquéritos nacionais semelhantes. O desenvolvimento desta base de dados constituiu uma grande tarefa visando harmonizar os dados e preparar estatísticas comparáveis a nível internacional (ver caixa 2.1). No quadro II.2 do Anexo II pode ser consultada uma lista completa dos inquéritos nacionais a partir dos quais os dados foram compilados.

Os 99 países incluídos na base de dados pertencem a todas as regiões do mundo, exceto da América do Norte. Os dados foram recolhidos entre 2009 e 2018 e no que se refere a 90 por cento dos países, os dados são de 2012 ou posteriores.

Procedeu-se à determinação da distribuição do emprego total pelo emprego por conta própria e as três classes de dimensão das empresas para cada país. Além disso, as percentagens de emprego de cada uma destas categorias foram desagregadas por situação formal e informal, setor de atividade económica (agricultura, indústria e serviços), região e grupo de rendimento do país. As percentagens relativas de emprego formal e informal não são consideradas, uma

Caixa 2.1.

A Base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas

A nova base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas foi elaborada utilizando o conjunto de dados subjacentes à terceira edição da publicação *Women and men in the informal economy: A statistical picture* (OIT, 2018).

Para melhorar a comparabilidade internacional, o relatório aplicou, na medida do possível, uma abordagem sistemática para medir o emprego informal e o emprego no setor informal. Comparar os países de acordo com a dimensão das empresas significa: a) organizar as informações por país; b) obter informações que abrangem todos os trabalhadores, independentemente da sua situação ou utilizar filtros para outros trabalhadores e tratar das respostas em falta; e c) assegurar a consistência dos conjuntos de dados com outras variáveis relacionadas, tais como a situação no emprego que identifica os trabalhadores por conta própria sem trabalhadores por conta de outrem.

As estimativas foram calculadas com base num conjunto comum de critérios operacionais definidos pela Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. Como resultado, as estatísticas apresentadas são comparáveis entre países e regiões, mas as estimativas por país da OIT podem diferir das estimativas nacionais quando estas existam. Os países beneficiam de um certo grau de flexibilidade para ajustar as estatísticas de emprego ao contexto nacional, desde que cumpram simultaneamente as normas internacionais.

O conjunto de dados da OIT (2018) foi ampliado com a adicionando a dimensão da unidade económica na elaboração da nova base de dados. Os dados para a amostra atual de 99 países foram desagregados entre os trabalhadores independentes e três diferentes classes de dimensão das empresas:

- Microempresas (com 2-9 trabalhadores);
- Pequenas empresas (com 10–49 trabalhadores);
- Médias e grandes empresas (com 50 ou mais trabalhadores).

Serão acrescentados mais países à base de dados à medida que esta for sendo desenvolvida.

vez que este relatório coloca a ênfase nas três classes de dimensão das empresas e nos trabalhadores por conta própria.⁶

Os resultados são ponderados pelo total do emprego em cada país.⁷ Assim, as percentagens de emprego das diferentes categorias de unidades económicas para um grupo específico de países (por exemplo, países de baixo rendimento) representam as percentagens de emprego para o grupo como um todo, em lugar de, digamos, as percentagens médias ou medianas dos países inseridos nesse grupo.⁸ No Anexo I, estão incluídas os quadros que apresentam a distribuição do emprego nas diferentes classes de dimensão das empresas e os trabalhadores.

Limitações

Não obstante a natureza inovadora da base de dados da OIT subjacente a este relatório, há certas limitações que têm de ser tidas em conta. Em primeiro lugar, esta é elaborada com base em informações provenientes de inquéritos. Os inquiridos podem nem sempre estar dispostos ou aptos a dar uma resposta correta a cada pergunta (por exemplo, relativamente ao número de trabalhadores do estabelecimento onde trabalham). Em segundo lugar, a classificação das empresas de acordo com a dimensão é restringida a apenas três classes, uma vez que os diferentes intervalos do número de trabalhadores utilizados nos inquéritos nacionais significam que não é possível distinguir entre médias e grandes empresas. Em terceiro lugar, em diversos países, apenas um subconjunto dos inquiridos foi questionado sobre a dimensão do estabelecimento onde trabalhavam, o que reduz a dimensão da amostra e, conseqüentemente, a fiabilidade dos dados. Sempre que possível, foram feitas correções para ter este facto em consideração. Por exemplo, os inquiridos que trabalham no setor público ou em organizações internacionais, que muitas vezes não são questionados sobre a dimensão do estabelecimento, foram incluídos na classe das médias e grandes empresas (50 ou mais trabalhadores).

Uma outra limitação está associada ao conjunto de países sobre os quais há dados disponíveis. A base de dados abrange um grande número de países, mas algumas regiões e grupos de rendimento encontram-se ainda sub-representados. Na sua totalidade, os 99 países da amostra representam 75 por cento do emprego a nível mundial, com variações consoante as regiões e os grupos de rendimento. Assim, os países de baixo rendimento da amostra representam 54 por cento do total do emprego nesse grupo de rendimento, em comparação com 79 por cento dos países de rendimento médio e 64 por cento dos países de rendimento elevado.⁹ Conseqüentemente, as percentagens de emprego mundiais ou regionais estimadas para os trabalhadores por conta própria ou para uma determinada classe de dimensão das empresas podem não corresponder aos valores publicados por outras fontes da OIT.¹⁰

Por último, é importante salientar que os dados não são desagregados por sexo. Este aspeto será retificado em futuras atualizações da

⁶ Este relatório trata da contribuição para o emprego das três classes de dimensão das empresas e dos trabalhadores por conta própria. O emprego informal é um conceito mais amplo que inclui os trabalhadores informais que operam fora do setor informal (isto é, no setor formal ou em agregados familiares). Ao passo que o setor informal é definido de acordo com as características das empresas nas quais a atividade económica tem lugar, o emprego informal refere-se à natureza da relação de trabalho, o que está para além do âmbito deste estudo.

⁷ Para cada país, as estatísticas de emprego são ponderadas pelo total do emprego no ano em que os dados relevantes foram recolhidos. Para a maioria dos países, este é o único ano para o qual existem informações sobre o total do emprego. O ano de recolha dos dados varia entre países, o que significa que as ponderações não têm um ano de referência comum.

⁸ O anterior estudo conjunto da OIT e da GIZ (2013) sobre a contribuição das PME para a criação de emprego apresentou as percentagens medianas de emprego de cada grupo de países, com base nos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial.

⁹ O facto de os países de rendimento elevado da amostra representarem apenas 64 por cento do total do emprego desse grupo é sobretudo devido à ausência de dados relativos aos Estados Unidos, Canadá e Japão.

¹⁰ Por exemplo, as estimativas modelizadas da OIT sobre a distribuição do total do emprego pela situação no emprego ou por setor, constantes na base de dados ILOSTAT: www.ilo.org/ilostat.



3 Estimativas da contribuição para o emprego dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria e das micro, pequenas e médias empresas

Este capítulo apresenta estimativas das percentagens no total do emprego dos trabalhadores por conta própria e das empresas de diferentes classes de dimensão. Estas indicam que, em quase todos os 99 países da amostra, os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas (isto é, as pequenas unidades económicas) representam mais de dois terços do emprego. Porém, surgem diferenças consideráveis entre países e regiões, grupos de rendimento dos países, setores de atividade económica e empresas formais e informais.

3.1 Percentagens de emprego desagregadas por regiões e grupos de rendimento dos países

Estudos anteriores concluíram que na maioria dos países em desenvolvimento e emergentes, as classes de dimensão das PME (empresas com 5 a 249 trabalhadores) geram mais emprego do que as grandes empresas. Por exemplo, o relatório anterior da OIT sobre a contribuição das PME para o emprego concluiu que a percentagem mediana de emprego da classe de menor dimensão (5-19 trabalhadores) variava entre 12 por cento nos países de rendimento médio alto e 22 por cento nos países de baixo rendimento (OIT e GIZ, 2013).

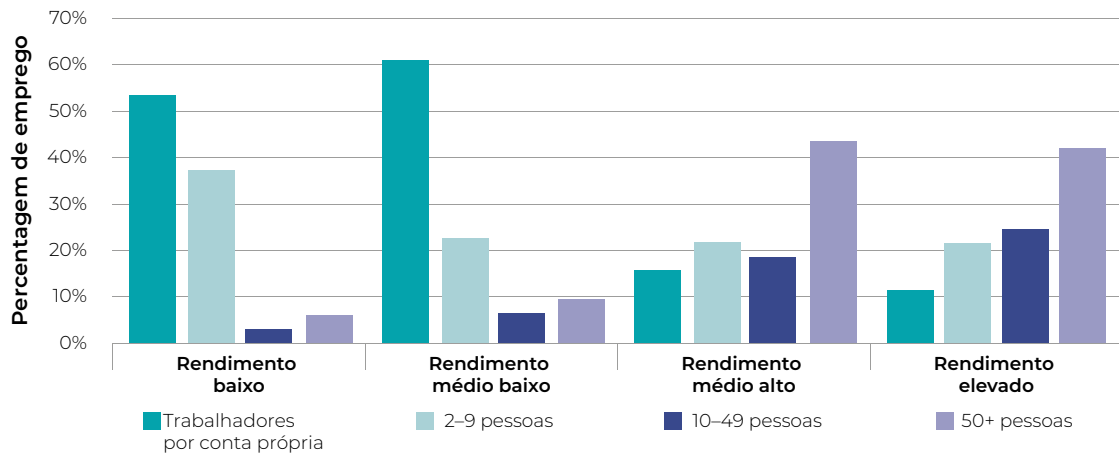
As mais recentes estimativas indicam que mais de dois terços (70 por cento) do total do emprego tem origem em pequenas unidades económicas. A contribuição para o emprego das microempresas, sobretudo, é consideravelmente mais elevada do que a anteriormente comunicada (ver caixa 3.1). A figura 3.1 abaixo apresenta as percentagens de emprego dos trabalhadores por conta própria e das várias classes de dimensão das empresas de diferentes grupos de rendimento dos países.

A percentagem de emprego das pequenas unidades económicas diminui à medida que o nível de rendimento dos países aumenta

Com 54 por cento, a percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria nos países de baixo rendimento é quase cinco vezes superior à percentagem nos países de rendimento elevado (11 por cento). De igual modo, a percentagem de emprego das microempresas (2-9 trabalhadores) é muito mais elevada nos países de rendimento baixo e médio baixo do que nos países de rendimento médio alto e de rendimento elevado. Pelo contrário, a percentagem de emprego das pequenas empresas (10-49 trabalhadores) passa de 3 por cento nos países de baixo rendimento para 25 por cento nos países de rendimento elevado. Contudo, globalmente, a percentagem combinada de emprego dos trabalhadores por conta própria e das micro e pequenas empresas diminui com o aumento do nível de rendimento do país. A percentagem de emprego das médias e grandes empresas, pelo contrário, aumenta com o aumento do nível de rendimento do país.

Figura 3.1.

Percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e diferentes classes de dimensão das empresas, por grupo de rendimento do país (%)*



* Na elaboração do conjunto de dados de cada país da amostra foram utilizados dados do último ano disponível, entre 2009 e 2018. Isto aplica-se a todos os cálculos e números apresentados no relatório.

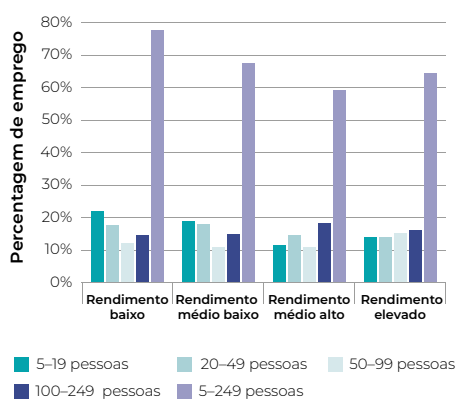
Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

Caixa 3.1.

Anterior subestimação da percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e das microempresas

Os estudos anteriores, baseados em inquéritos a empresas formais e outros inquéritos a empresas, subestimaram significativamente a contribuição para o emprego dos trabalhadores por conta própria e das microempresas, sobretudo nos países em desenvolvimento. Assim, no anterior relatório da OIT sobre a contribuição das PME para o emprego, que se baseava na análise dos dados dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial, estimava-se que as duas classes de dimensão das empresas mais pequenas - empresas com 5-19 e 20-49 trabalhadores a operar na economia formal, não agrícola - representavam uma percentagem de emprego combinada de cerca de 40 por cento nos países de baixo rendimento e de 38 por cento nos países de rendimento médio baixo, como se pode verificar no painel A abaixo:

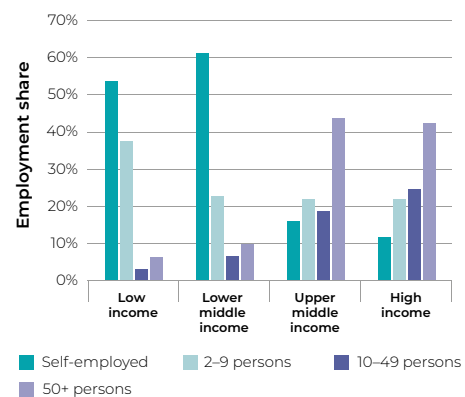
Painel A
Percentagem de emprego das diferentes classes de dimensão das empresas, por grupo de rendimento do país (%), como comunicado pela OIT em 2013



Nota: A figura baseia-se em dados retirados dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial, comunicados em Ayyagari, Dermirgüç-Kunt e Maksimovic (2011), tabela 1

Fonte: OIT e GIZ (2013).

Painel B
Novas estimativas (2019) da percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e diferentes classes de dimensão das empresas, por grupo de rendimento do país (%)

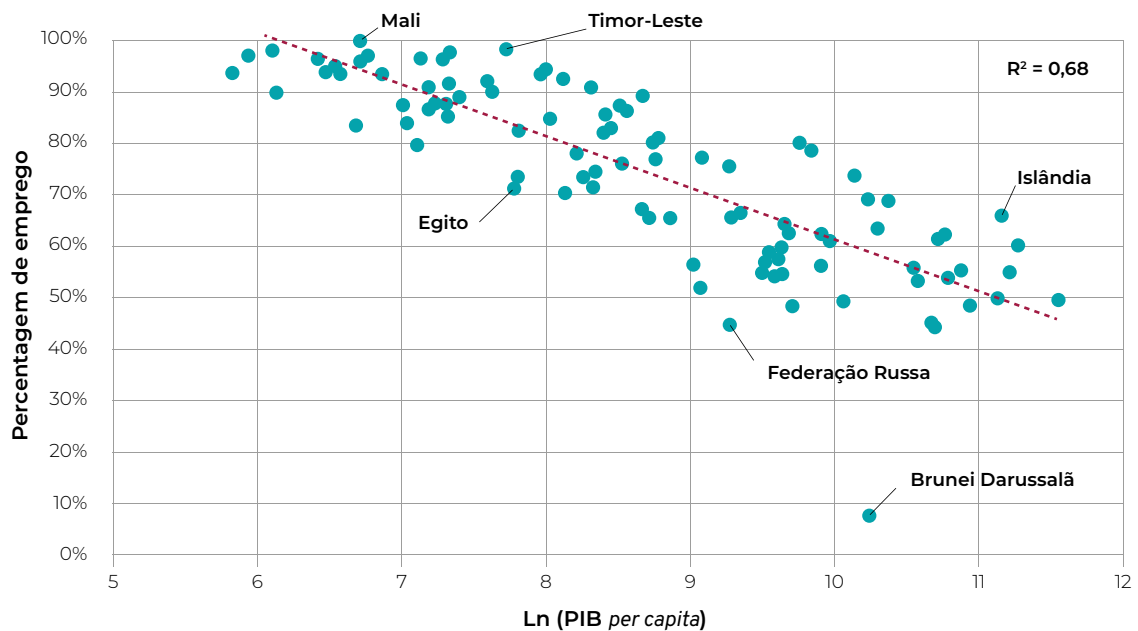


Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

Pelo contrário, as estimativas mais recentes publicadas no presente relatório (painel B), sugerem que os trabalhadores por conta própria e as microempresas, por si só, representam uma percentagem combinada no emprego total de entre 80 e 90 por cento nos países de rendimento baixo e médio. A conclusão de que os inquéritos às empresas, com ênfase nas empresas do setor formal, resultam numa sub-representação da contribuição das micro e pequenas empresas para o emprego já tinha sido anteriormente retirada (ver, por exemplo, Banco Mundial, 2012) e é corroborada pelos resultados deste novo estudo da OIT.

A figura 3.2 apresenta a correlação negativa entre a percentagem de emprego combinada dos trabalhadores por conta própria e das micro e pequenas empresas, por um lado, e o nível de rendimento de cada um dos países, medido como produto interno bruto (PIB) *per capita*, por outro. (A caixa 3.2 explica por que razão a percentagem de emprego foi comparada face ao logaritmo natural do PIB *per capita*). A partir deste número também é possível verificar como na maioria dos países para os quais há dados disponíveis (90 de 99), a percentagem de emprego das pequenas unidades económicas se encontra acima do nível de 50 por cento.

Figura 3.2.
Percentagem do emprego combinado dos trabalhadores por conta própria e das micro e pequenas empresas em relação ao PIB *per capita*



Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

O valor mais atípico nesta figura é o do Brunei Darussalã, onde os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas constituem menos de 10 por cento do total do emprego. O Egito e a Federação Russa são dois outros países nos quais a percentagem de emprego das pequenas unidades económicas é inferior ao que se esperaria considerando o PIB *per capita*. Países nos quais a percentagem de emprego destas unidades está acima do que seria de esperar considerando o PIB *per capita* incluem a Islândia, Mali e Timor-Leste. Os dados relativos ao Mali dão inclusivamente a impressão de que os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas constituem 100 por cento do total do emprego no país.¹¹

¹¹ Evidentemente, nenhum dos inquiridos do Mali que participaram no inquérito no qual se baseiam estas estatísticas, trabalhava em estabelecimentos ou empresas com mais de 50 trabalhadores. Uma vez que a fonte de dados é um inquérito, isto não significa, obviamente, que não existem médias e grandes empresas no Mali. Sugere, todavia, que tais empresas (caso existam) representam apenas uma percentagem muito pequena do total do emprego, caso contrário, alguns dos seus trabalhadores teriam certamente sido abrangidos pelo inquérito

Caixa 3.2.

Estudo da relação entre o PIB *per capita* e a percentagem de emprego dos trabalhadores independentes e das micro e pequenas empresas

A figura 3.2 acima apresenta a percentagem de emprego combinada dos trabalhadores independentes e das duas mais pequenas classes de dimensão das empresas comparada com o logaritmo natural do PIB *per capita* e não com o próprio PIB *per capita*.

Sem esta transformação, a distribuição dos valores observados ao longo do eixo horizontal seria enviesada. Se o PIB *per capita* fosse apresentado, esse eixo variaria entre 0 e 100 000 dólares. Uma vez que 59 países têm um PIB *per capita* inferior a 10 000 dólares, os valores observados para todos estes países agrupar-se-iam na extremidade esquerda. A metade direita do eixo horizontal (PIB *per capita* de 50 000 dólares e superior) seria apenas relevante para sete países.

Conceptualmente, uma relação linear entre a percentagem de emprego e o PIB *per capita* implicaria que um aumento do PIB *per capita* de 10 000 para 20 000 dólares (ou seja, uma duplicação do PIB *per capita*) teria o mesmo efeito na percentagem de emprego dos trabalhadores independentes ou de uma determinada classe de dimensão das empresas como um aumento de 100 000 para 110 000 dólares. Contudo, em vez dessa relação linear, é mais provável e realista um comportamento não linear. Tal pode ser representado relacionando as percentagens de emprego com o logaritmo natural do PIB *per capita*. A correlação entre a percentagem de emprego combinada das pequenas unidades económicas e o logaritmo natural do PIB *per capita* é de facto consideravelmente mais forte do que a correlação com o PIB *per capita*.

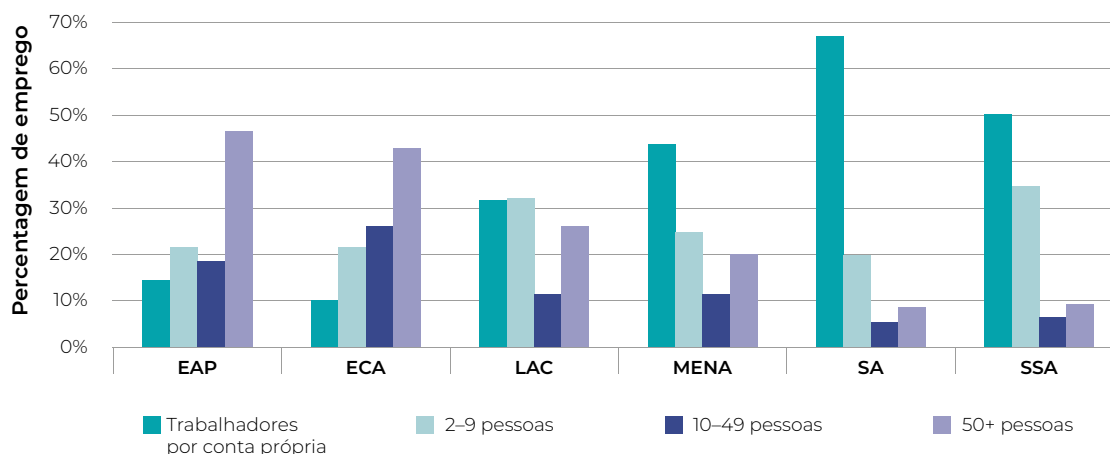
A percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e das microempresas é mais elevada em países de África, Médio Oriente e Sul da Ásia.

Uma comparação das diferentes regiões indica que a percentagem de trabalho por conta própria no total do emprego é mais elevada no Sul da Ásia (67 por cento), seguida da África Subsariana (50 por cento) e do Médio Oriente e Norte da África (44 por cento) (figura 3.3). Em cada uma destas regiões, os trabalhadores por conta própria apresentam as percentagens de emprego mais elevadas em todas as classes de dimensão analisadas. Em conjunto, os trabalhadores por conta própria e as microempresas constituem quase 70 por cento do emprego no Médio Oriente e Norte de África e mais de 80 por cento tanto no Sul da Ásia como na África Subsariana. Pelo contrário, as médias e grandes empresas desempenham um papel de destaque na Ásia Oriental e Pacífico e na Europa e Ásia Central, onde representam 46 por cento e 43 por cento do emprego, respetivamente.

A nível dos países, identificámos três grandes padrões na relação entre a dimensão da unidade económica e a percentagem de emprego:

- Padrão «**decrecente**»: em nove países de rendimento baixo e de rendimento médio baixo (sobretudo na África Subsariana), a percentagem de emprego diminui com a dimensão da unidade económica, resultando numa distribuição enviesada à direita.
- Padrão «**em forma de U**»: em 21 países, a percentagem de emprego diminui inicialmente, mas aumenta depois com a dimensão da unidade económica. As pequenas empresas (10-49 trabalhadores)

Figura 3.3
Percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e diferentes classes de dimensão das empresas, por região (%)



Nota: EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsariana

Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

apresentam geralmente a mais baixa percentagem de emprego: não é apenas inferior à percentagem de emprego das microempresas, como é também inferior à das médias e grandes empresas.

- Padrão «**crescente**»: em 21 países da Europa e Ásia Central (sobretudo países de rendimento elevado), a percentagem de emprego aumenta com a dimensão da unidade económica, resultando numa distribuição enviesada à esquerda.

A maioria dos outros países apresenta distribuições de emprego de acordo com a dimensão da unidade económica muito semelhantes aos padrões acima referidos. Importa salientar, contudo, que os padrões globais podem mascarar distribuições bastante diferentes em cada setor de atividade económica, como se pode ver nas apresentações de alguns países no Anexo III

3.2. Percentagens de emprego desagregadas por setor informal e setor formal

O emprego no setor informal¹² é superior ao emprego no setor formal

Nos 99 países incluídos na base de dados da OIT, estima-se que, em média, 62 por cento do total do emprego se encontra no setor informal. O nível de emprego informal varia grandemente em cada país, variando de mais de 90 por cento no Benim, Costa do Marfim, Madagáscar e Mali, a menos de 5 por cento no Brunei Darussalã em vários países europeus (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo e Suíça).

Ainda que, em termos globais, o emprego informal seja uma maior fonte de emprego para os homens (63,0 por cento) do que para as mulheres (58,1 por cento), as mulheres estão mais frequentemente expostas a situações vulneráveis na economia informal, por exemplo, como trabalhadoras domésticas, trabalhadoras que trabalham no domicílio ou trabalhadoras familiares não remuneradas. Os países em desenvolvimento apresentam uma maior proporção de mulheres em empregos informais do que de homens: em África como um todo, por exemplo, 89,7 por cento das mulheres empregadas encontram-se em situação de emprego informal.

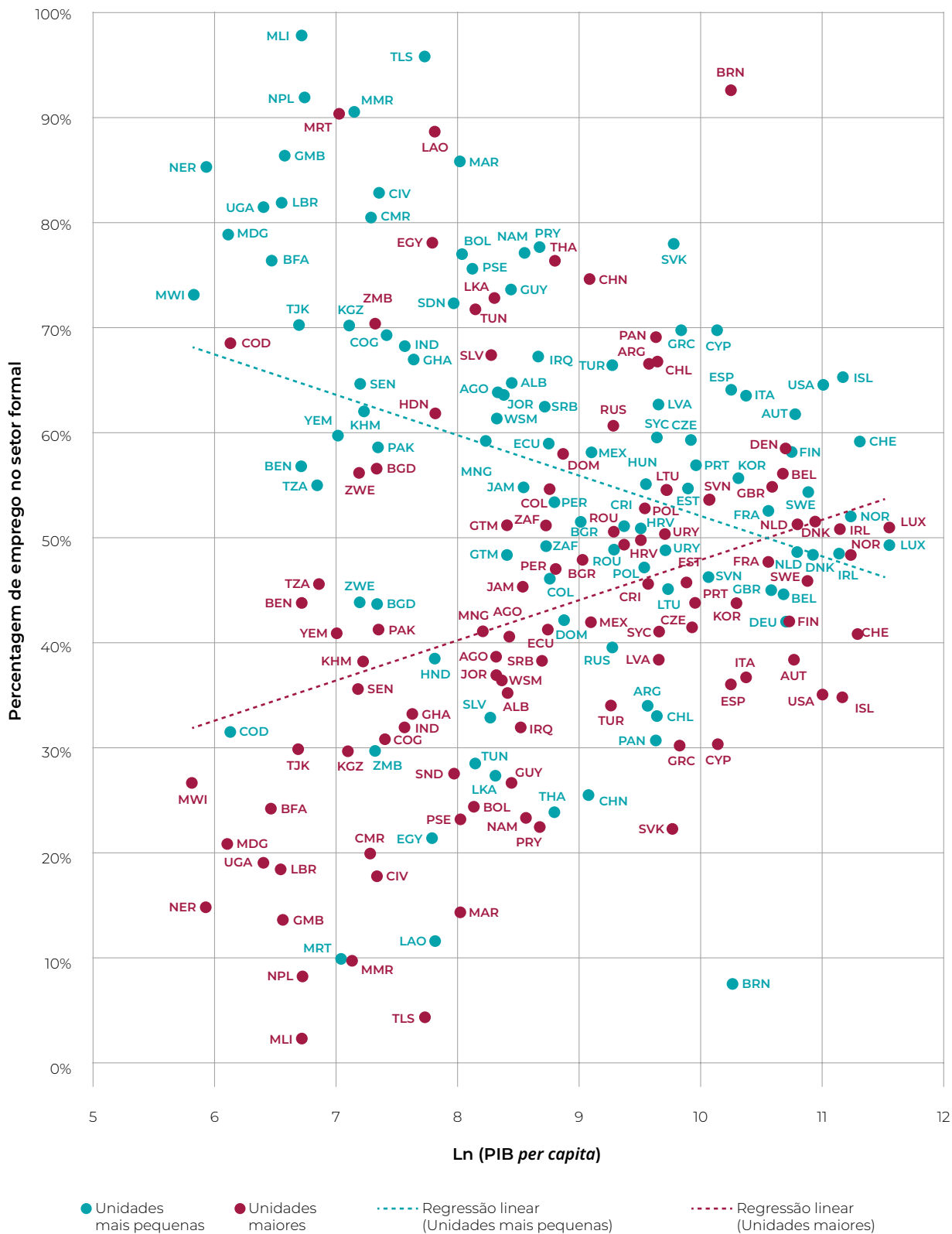
Distribuição do emprego formal e informal de acordo com a dimensão da unidade económica

As duas figuras seguintes mostram como o emprego formal e o informal estão distribuídos entre dois grupos: 1) unidades económicas mais pequenas, ou seja, os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas com 1-49 trabalhadores; e 2) unidades económicas maiores, ou seja, as médias e grandes empresas com mais de 50 trabalhadores.

A figura 3.4 apresenta uma clara correlação positiva entre a percentagem de emprego formal em médias e grandes empresas (as «unidades maiores») e os níveis de rendimento do país, ou seja, quanto mais elevado for o nível de rendimento do país, maior será a percentagem de emprego formal nas médias e grandes empresas. Pelo contrário, observa-se uma correlação negativa entre a percentagem de emprego formal em unidades económicas mais pequenas e os níveis de rendimento do país.

¹² Na OIT (2018) é referido que as normas internacionais fazem uma distinção entre o emprego no setor informal e o emprego informal. O emprego no setor informal é um conceito baseado na empresa e é definido em termos das características do local de trabalho do trabalhador. Pelo contrário, o emprego informal é um conceito baseado no emprego e é definido em termos da relação de trabalho e das proteções associadas ao emprego do trabalhador. De acordo com as normas internacionais adotadas pela 15.ª ICLS, o setor informal é constituído por unidades que participam na produção de bens ou serviços com o objetivo principal de gerar emprego e rendimento para as pessoas que nelas participam. Seguimos estas definições no presente relatório (ver Anexo IV para informações mais pormenorizadas).

Figura 3.4.
Distribuição do emprego no setor formal pelas unidades económicas mais pequenas e maiores em relação ao PIB per capita, 99 países



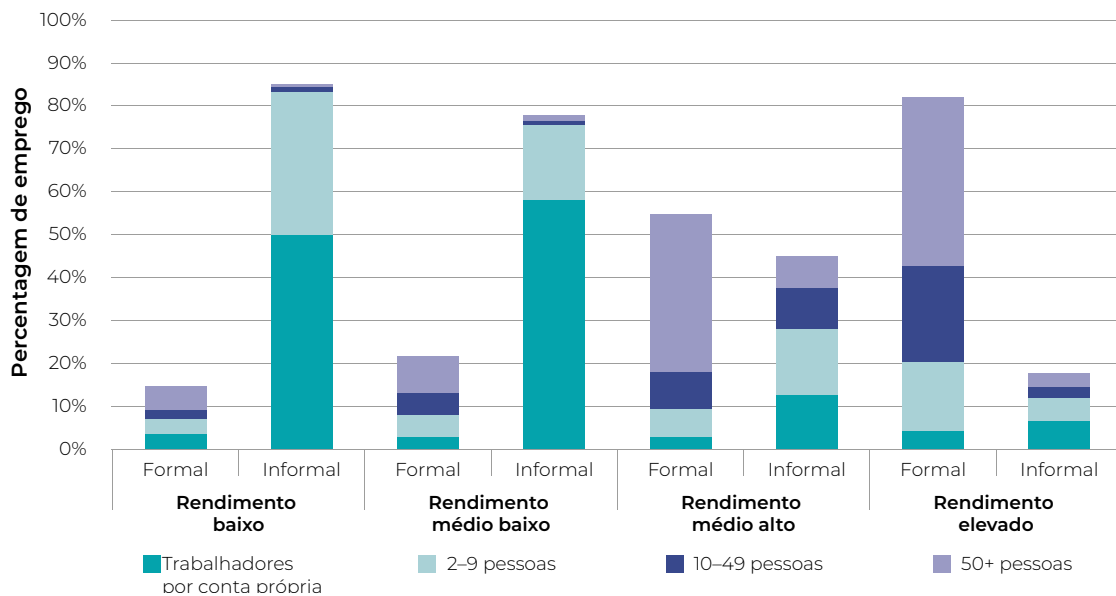
Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019

A percentagem de emprego no setor informal diminui com o nível de rendimento

A distribuição do emprego nos setores formal e informal é apresentada na figura 3.5 para quatro diferentes grupos de rendimento dos países, com uma desagregação adicional de acordo com a dimensão da unidade económica.

A percentagem de emprego do setor informal está fortemente relacionada com o nível de rendimento do país, variando entre 85 por cento nos países de baixo rendimento e 18 por cento nos países de rendimento elevado. (O grupo de rendimento elevado é o único grupo onde o emprego no setor formal excede o do setor informal). Sem surpresas, o emprego no setor informal verifica-se sobretudo entre os trabalhadores por conta própria e as microempresas. Porém, as médias e grandes empresas também contribuem para o emprego no setor informal

Figura 3.5
Distribuição do emprego por setor (formal face a informal) e dimensão da unidade económica, entre os grupos de rendimento dos países (%)

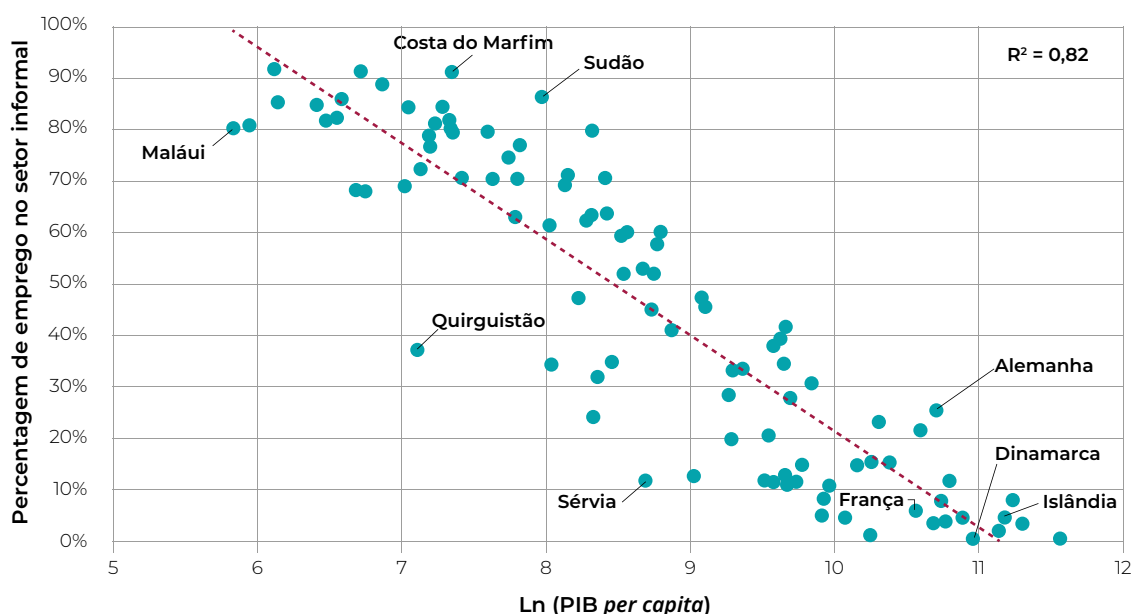


Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

A relação negativa entre a percentagem de emprego no setor informal e o nível de rendimento de cada um dos países (em termos do PIB *per capita*) é ainda ilustrada na figura 3.6. Não obstante esta correlação fortemente negativa, registam-se também vários valores atípicos: países em que a percentagem de emprego do setor informal é consideravelmente superior ou inferior ao que seria expectável tendo em conta o seu nível de rendimento. Por exemplo, o PIB *per capita* na Costa do Marfim e no Sudão é consideravelmente mais elevado do que no Maláui, pelo que seria expectável que a percentagem de emprego no setor informal nesses dois países fosse inferior à do Maláui. Contudo, verifica-se o oposto, o que se pode dever à instabilidade sociopolítica e/ou a outros elementos perturbadores. Outros valores atípicos notórios são os do Quirguistão e da Sérvia, onde a percentagem de emprego do setor informal é inferior ao que seria expectável com o seu nível de rendimento.¹³

¹³ É importante ter em conta que a base de dados da OIT é transversal, no sentido em que é uma compilação de dados provenientes de inquéritos nacionais, tendo sido selecionados os dados mais recentes de cada país na amostra de 99 países. Como tal, a amostra abrange um amplo leque de condições e fatores económicos nacionais que determinam a informalidade das unidades económicas. Não obstante os dados mostrarem claramente uma associação entre o nível de rendimento do país e a percentagem de emprego no setor informal, essa associação não pode ser simplesmente interpretada como uma relação causa-efeito. Por exemplo, não é legítimo concluir que o aumento da percentagem de emprego no setor formal melhorará o nível de rendimento de uma nação, ou vice-versa. Importa também salientar, mais uma vez, que os dados provêm de inquéritos nacionais aos agregados familiares e ao emprego e que estes inquéritos podem utilizar conjuntos de critérios distintos para definir a informalidade.

Figura 3.6.
Percentagem de emprego no setor informal em relação ao PIB *per capita*, de acordo com os dados do país



Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

O setor informal é mais predominante na África Subariana e no Sul da Ásia

A base de dados da OIT indica que tanto na África Subariana e no Sul da Ásia, o setor informal representa 80 por cento do total do emprego. Este resultado é consistente com as conclusões de um estudo de Fox e Sohnesen (2012) sobre o emprego em 13 países da África Subariana. Utilizando dados de inquéritos nacionais a agregados familiares, os autores analisaram a distribuição do emprego em cinco tipos de unidades económicas. As suas conclusões revelam que as empresas formais dos setores privado e público representam 13 por cento do emprego, ao passo que 87 por cento do emprego se concentra em unidades associadas ao setor informal.

3.3. Percentagens de emprego desagregadas por setor económico

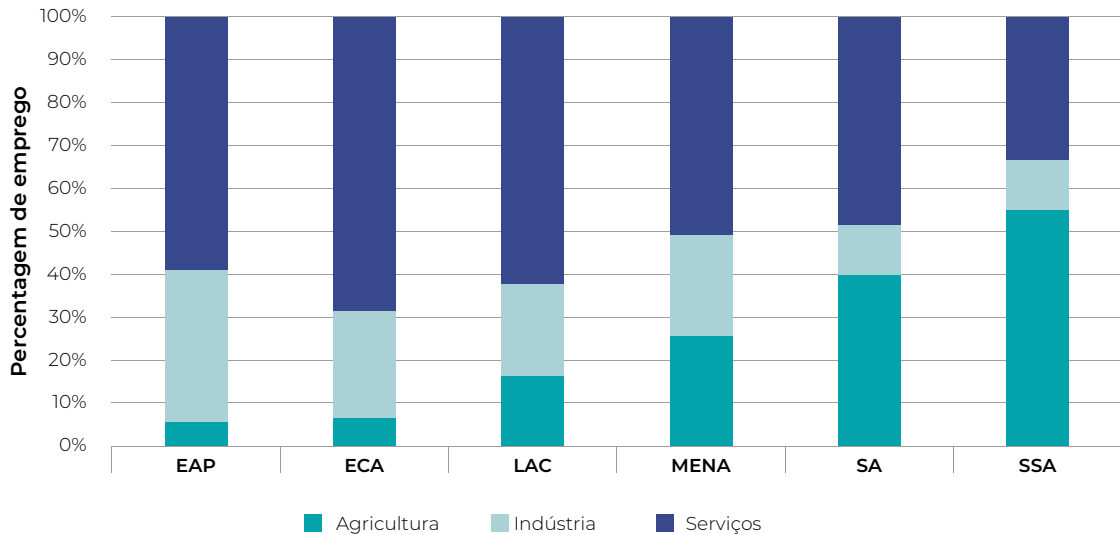
Esta secção examina a relação entre o emprego nos três setores agregados da agricultura, indústria e serviços, por um lado, e as variáveis de dimensão da unidade económica, região e a situação em matéria de formalidade do emprego, por outro.

A distribuição do emprego nestes três setores é apresentada na figura 3.7. A região com a maior percentagem de emprego na indústria (36 por cento) é a Ásia Oriental e Pacífico. Esta região tem também a mais baixa percentagem de emprego na agricultura (5 por cento). Pelo contrário, na África Subariana, 55 por cento do total do emprego concentra-se na agricultura e apenas 12 por cento na indústria.

De acordo com as tendências observadas noutros estudos, a partir da figura 3.7 pode-se verificar que quanto maior for a percentagem de emprego nos serviços, mais pequena será a percentagem de emprego na agricultura, e vice-versa. Por exemplo, no Níger e em Madagáscar, 75 por cento do total do emprego concentra-se na agricultura e 15 por cento nos serviços. Em países desenvolvidos como a Dinamarca, Irlanda e os Países Baixos, menos de 5 por cento do total do emprego encontra-se na agricultura e mais de 80 por cento nos serviços.

As percentagens de emprego na agricultura e nos serviços estão relacionadas com o nível de rendimento dos países. No que se refere à agricultura, esta relação é ilustrada na figura 3.8. Todavia, é também necessário considerar a questão da produtividade do setor, uma vez que alguns países com uma pequena percentagem de emprego na agricultura têm um setor agrícola economicamente relevante e orientado para a exportação. Pelo contrário, há países com uma grande percentagem de emprego na agricultura em que a contribuição da agricultura para o PIB é baixa ou modesta.

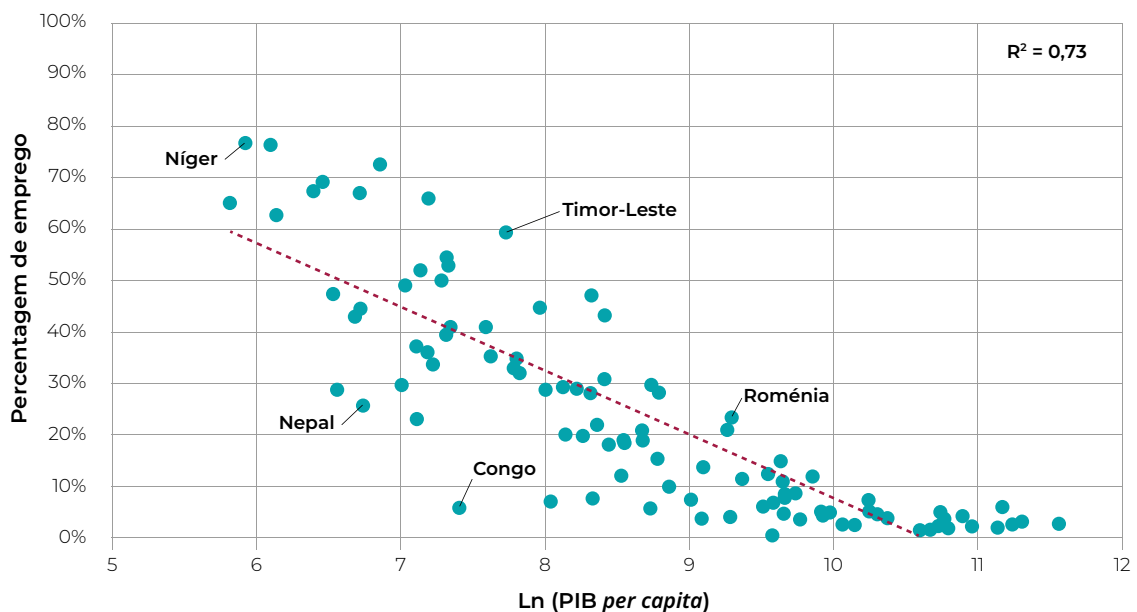
Figura 3.7.
Distribuição do emprego por setor (agricultura, indústria e serviços), entre regiões (%)



Nota: EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subariana

Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

Figura 3.8.
Percentagem de emprego na agricultura em relação ao PIB *per capita*



Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

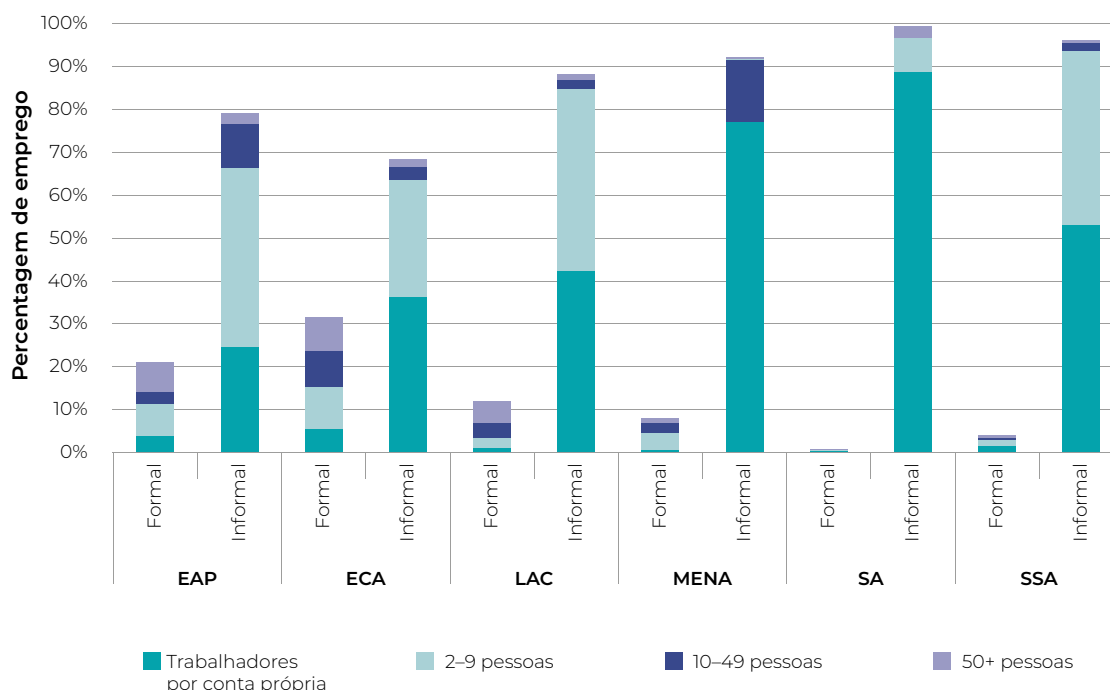
Na parte restante da presente secção examinamos a distribuição do emprego por dimensão da unidade económica e por situação de formalidade do emprego, para cada um dos três principais setores de atividade económica.

Distribuição do emprego no setor agrícola

A figura 3.9 apresenta a distribuição do emprego na agricultura por dimensão da unidade económica e pela natureza formal e informal do emprego, nas diferentes regiões. Uma primeira observação que podemos fazer é que em todas as regiões consideradas, a percentagem mais elevada do emprego agrícola situa-se no setor informal. Na África Subsariana e no Sul da Ásia, esta percentagem ultrapassa 95 por cento. A maior percentagem de emprego agrícola no setor formal observa-se na Europa e na Ásia Central (>30 por cento), seguida pela Ásia Oriental e Pacífico (>20 por cento).

Passando para a questão da dimensão das unidades económicas, podemos observar que os trabalhadores por conta própria e as microempresas constituem, em conjunto, as maiores percentagens de emprego na agricultura. Em três regiões, os trabalhadores por conta própria, por si só, representam mais de metade do emprego total agrícola, nomeadamente na África Subsariana e particularmente no Médio Oriente e Norte da África e no Sul da Ásia. São observados níveis mais elevados de emprego agrícola em médias e grandes empresas, sobretudo na Ásia Oriental e Pacífico e na Europa e Ásia Central. Importa salientar, porém, que em ambas as regiões estas duas classes de dimensão das empresas representam, em conjunto, menos de 10 por cento do total do emprego na agricultura.

Figura 3.9.
Distribuição do emprego no setor agrícola por dimensão da unidade económica e por formalidade do emprego, entre regiões (%)



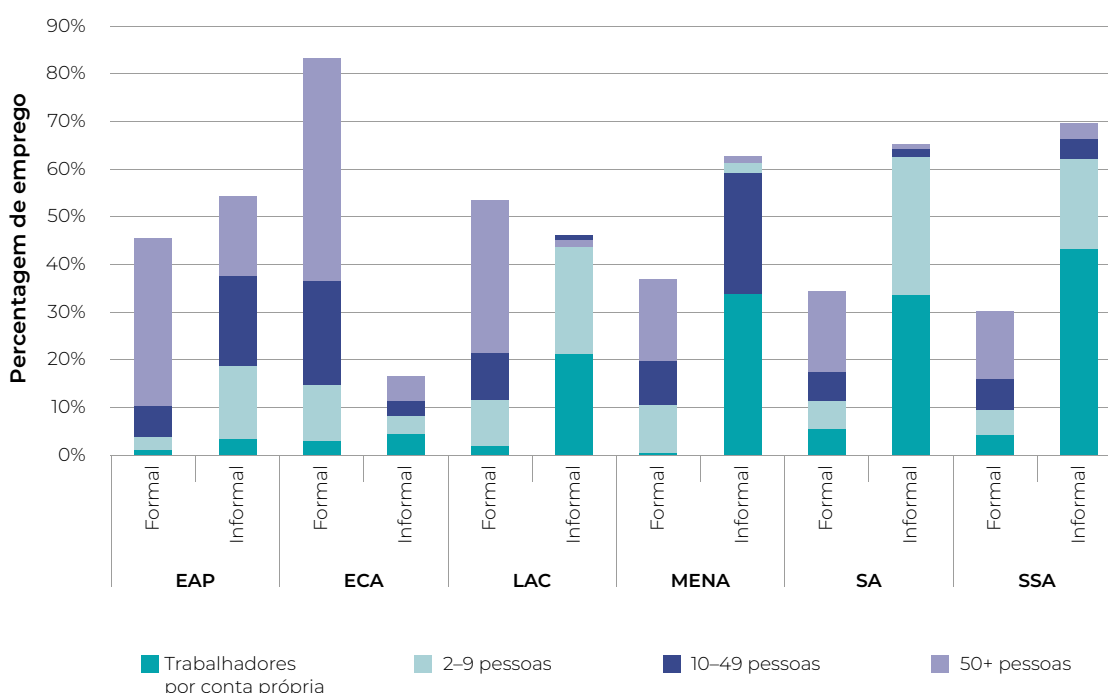
Nota: EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsariana

Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

Distribuição do emprego no setor industrial

A distribuição do emprego no setor industrial (figura 3.10) difere consideravelmente da distribuição na agricultura. Em particular, a percentagem de emprego em médias e grandes empresas é mais elevada na indústria - particularmente na Ásia Oriental e Pacífico e na Europa e Ásia Central, onde estas empresas representam mais de 50 por cento do emprego industrial (formal e informal). Nas outras regiões, os trabalhadores por conta própria e as microempresas são responsáveis por mais de 50 por cento do emprego na indústria.

Figura 3.10.
Distribuição do emprego no setor industrial por dimensão da unidade económica e formalidade do emprego, entre regiões (%)



Nota: EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsariana

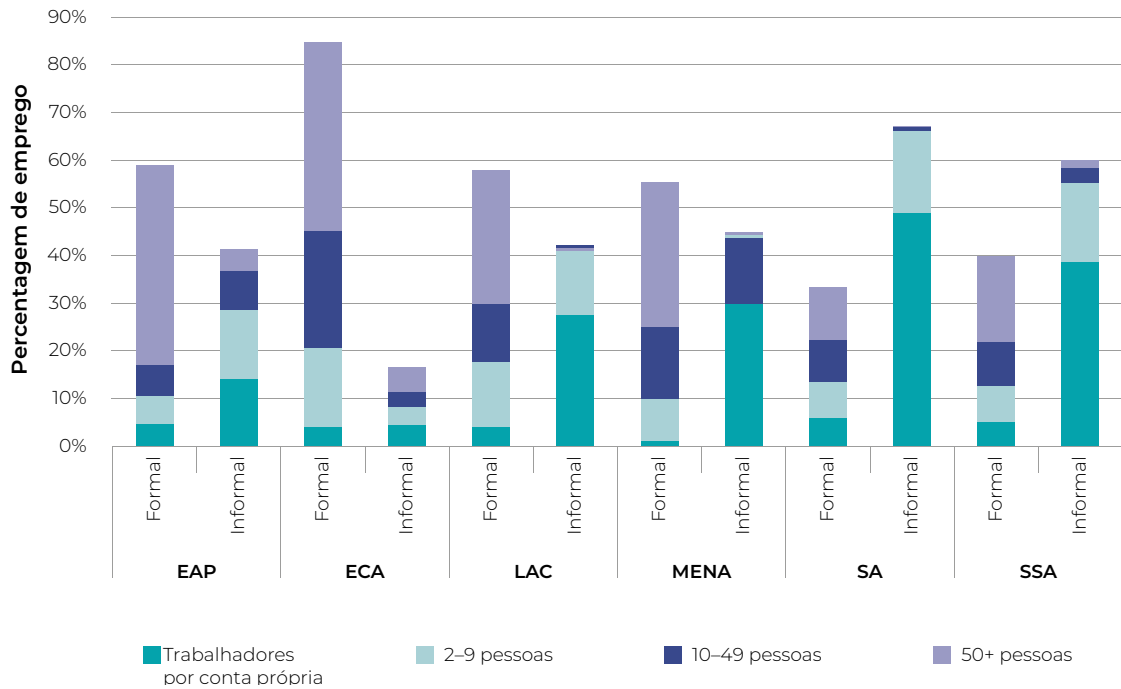
Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019

A mais elevada percentagem de emprego das médias e grandes empresas na indústria explica provavelmente a maior prevalência de emprego formal nesse setor, uma vez que é mais provável que as empresas maiores operem no mercado formal do que as mais pequenas. Não obstante na maioria das regiões a percentagem de emprego industrial no setor informal seja mais elevada do que no setor formal, as diferenças não são tão significativas como no caso da agricultura.

Distribuição do emprego no setor dos serviços

A distribuição do emprego no setor dos serviços (figura 3.11) mostra algumas semelhanças com a distribuição na indústria. Ainda que a percentagem de emprego das médias e grandes empresas nos serviços não seja tão elevada como na indústria, estas duas classes de dimensão das empresas representam, de qualquer maneira, uma percentagem considerável do total do emprego no setor dos serviços.

Figura 3.11.
Distribuição do emprego no setor dos serviços por dimensão da unidade económica e situação no emprego (formal/informal), entre regiões (%)



Nota: EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsaariana

Fonte: Cálculos da OIT, agosto de 2019.

Por outro lado, a percentagem de emprego do setor formal nos serviços é mais elevada do que na indústria. Tal implica que, comparativamente, pertencem ao setor formal mais micro e pequenas empresas de serviços. Em certa medida, a conclusão supramencionada é também influenciada pela inclusão de atividades de serviço público no setor dos serviços formais para os fins da nossa base de dados. É, além disso, importante destacar que em quatro das seis regiões, o setor formal é responsável por mais empregos do que o setor informal (as exceções são a África Subsaariana e o Sul da Ásia). No setor industrial, este é apenas o caso de duas regiões.

Na África Subsaariana, América Latina e Caraíbas, Médio Oriente e Norte da África e Sul da Ásia, no setor dos serviços informais há uma maior predominância de trabalhadores por conta própria e microempresas. A percentagem de emprego no setor informal dos serviços que pode ser atribuída a empresas maiores é negligenciável.



4. Conclusões e implicações

A maioria dos estudos anteriores sobre a contribuição para o emprego das unidades económicas de diversas dimensões das economias em desenvolvimento e emergentes não tiveram a possibilidade de se basear em dados comparáveis sobre o número de trabalhadores por conta própria, ou sobre o emprego nas microempresas, na agricultura e no setor informal. O anterior relatório da OIT sobre a contribuição das PME para o emprego (OIT e GIZ, 2013) não é exceção a esse respeito. Graças à nova base de dados da OIT subjacente ao presente relatório, essas omissões podem agora ser retificadas.

De acordo com as novas estimativas apresentadas no Capítulo 3, os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas representam, em conjunto, 70 por cento do total do emprego na amostra dos 99 países abrangidos pela base de dados. Em muitos países, as duas unidades económicas mais pequenas - os trabalhadores por conta própria e as microempresas - constituem mais de 50 por cento do total do emprego.

A percentagem de emprego das diferentes unidades económicas varia consoante as regiões, mas ainda mais entre os grupos de rendimento dos países. No que respeita aos países de rendimento elevado, os estudos anteriores já tinham estabelecido que as MPME, consideradas em conjunto, representavam uma percentagem significativa do emprego total. Este facto é confirmado pelas últimas estimativas, que indicam que 58 por cento do total do emprego nos países de rendimento elevado se concentra nos trabalhadores por conta própria e nas micro e pequenas empresas.

Nos países de rendimento baixo e médio, onde reside a maioria da população mundial, a percentagem de emprego nas pequenas unidades económicas é consideravelmente mais elevada. Existe uma correlação negativa entre o nível do PIB *per capita* dos países e a percentagem de emprego no trabalho por conta própria e nas micro e pequenas empresas. Nos países com os mais baixos níveis de rendimento, esta percentagem aproxima-se dos 100 por cento, o que significa que não há praticamente emprego em empresas com 50 ou mais trabalhadores. Esta concentração de emprego nas unidades económicas mais pequenas é impulsionada sobretudo pelo elevado número de trabalhadores por conta própria. As regiões com as percentagens mais elevadas de emprego independente são o Sul da Ásia (66 por cento), a África Subsariana (50 por cento) e o Médio Oriente e Norte da África (44 por cento).

As novas estimativas também nos permitem analisar a contribuição para o emprego das unidades económicas do setor informal, nas quais se estima se concentre 62 por cento do total do emprego. A percentagem de emprego do setor informal está positivamente correlacionada com a percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e das micro e pequenas empresas. Além disso, a percentagem de emprego do setor informal está negativamente correlacionada com o PIB *per capita*, variando entre menos de 5 por cento em

diversos países de rendimento elevado e mais de 90 por cento em vários países de baixo rendimento.

As regiões com a mais elevada percentagem de emprego no trabalho por conta própria também apresentaram a percentagem mais elevada de emprego no setor informal e a mais elevada percentagem de emprego na agricultura. A África Subsariana e o Sul da Ásia são

caracterizados, em particular, por uma elevada percentagem de trabalho por conta própria na agricultura. Quase todo o trabalho por conta própria está concentrado no setor informal. Noutras regiões, o emprego agrícola está também predominantemente localizado no setor informal. Em comparação com a agricultura, a percentagem de emprego do setor formal é consideravelmente mais elevada na indústria e nos serviços, mas, mesmo assim, na maioria das economias em desenvolvimento, o setor formal representa muitas vezes menos de metade do total do emprego.

Em resumo, a nova base de dados da OIT fornece evidências empíricas de que as pequenas empresas e os trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, em grande parte no setor informal, são de longe os mais importantes motores do emprego. Esta conclusão é altamente relevante para a conceção de programas destinados a promover a criação de emprego, as start-ups e a formalização das empresas e dos trabalhadores que estas empregam. Aspectos fundamentais do mundo do trabalho, tais como a criação de emprego, a qualidade do emprego e a produtividade das empresas, têm de ser considerados na perspetiva das unidades económicas mais pequenas, uma vez que estas representam a mais elevada percentagem de emprego.

Entre as implicações do facto de as unidades económicas mais pequenas representarem a maior percentagem do emprego, podemos observar o seguinte:

- **Os instrumentos da OIT devem continuar a orientar os programas que visam a promoção das MPME:** A Recomendação (N.º 189) sobre a Criação de Emprego nas Pequenas e Médias Empresas, 1998; a «Resolução relativa às pequenas e médias empresas e à criação de emprego digno e produtivo», adotada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 104.ª sessão (2015); a Recomendação (N.º 202) sobre Pisos de Proteção Social, 2012; as «Conclusões relativas à promoção de empresas sustentáveis» pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 96.ª sessão (2007); a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e o seu Seguimento (1998); a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008); a «Estratégia da OIT sobre a promoção do desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres» (2008); e a Recomendação (N.º 204) relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal, 2015, constituem documentos de orientação relevantes para a promoção das MPME.
- **Sentido de urgência:** A Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 108.ª sessão, em 2019, afirma: «*É imperativo agir com urgência para aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios para construir um futuro do trabalho mais justo, inclusivo e mais seguro, com pleno emprego produtivo e livremente escolhido e trabalho digno para todas as pessoas*». A compreensão da realidade enfrentada pelos trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas é essencial para fazer face aos desafios fundamentais na criação de emprego e na melhoria da qualidade do emprego. O apoio às pequenas unidades económicas deve ser uma parte essencial das estratégias de desenvolvimento económico e social a nível mundial, mas sobretudo nos países de baixo e médio rendimento.
- **A quantidade e a qualidade do trabalho devem ser consideradas em conjunto:** Qualquer política em matéria de MPME precisa de encontrar o equilíbrio certo entre a quantidade e a qualidade do emprego. Ainda que existam sólidas

evidências empíricas de que as micro e pequenas empresas são importantes motores da criação de emprego, ainda não se compreende bem de que modo as diferenças na dimensão das empresas afetam a qualidade dos empregos que oferecem. Além disso, os défices de trabalho digno são mais pronunciados na economia informal, onde as empresas mais pequenas tendem a operar. É necessária mais investigação empírica sobre a qualidade do emprego nas pequenas empresas e sobre como a dinâmica de crescimento das empresas se relaciona com a qualidade do emprego. É, por exemplo, realista esperar que um grande número de microempresas cresça e alcance a formalidade, ou existirá uma forma de identificar as poucas empresas que são suscetíveis de crescer e canalizar o apoio para estas?

- **Promoção de um ambiente favorável às MPME:** O importante papel desempenhado por um ambiente favorável ao apoio do setor privado como principal fonte de crescimento económico e de criação de emprego tem sido repetidamente sublinhado pela OIT, tendo sido mais recentemente enunciado na Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho (2019). Visando promover esse ambiente favorável, é essencial compreender melhor os desafios específicos enfrentados pelas MPME e também os mecanismos institucionais, legislação e regulamentos que devem vigorar.
- **Representação empresarial eficaz:** As organizações de empregadores e de empresas (EBMO) constituem um elo crucial entre as empresas e os governos. Estas organizações concebem e prestam serviços, assessoria e apoio de assistência visando promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas sustentáveis, uma pedra angular da criação de emprego digno. As EBMO dos países em desenvolvimento devem continuar os seus esforços para aumentar a representação das micro e pequenas empresas, estabelecer um ambiente empresarial favorável, facilitar o acesso ao financiamento e, quando necessário, incentivar a transição das empresas para a economia formal. A OIT, por sua vez, deve continuar a trabalhar no: a) reforço da capacidade das EBMO; e b) apoio às EBMO na conceção de estratégias e políticas abrangentes para aumentar o crescimento da produtividade como fator-chave para a criação de emprego e trabalho digno.
- **Representação de trabalhadores eficaz:** Uma vez que os défices de trabalho digno são geralmente mais pronunciados nas empresas mais pequenas, os sindicatos devem continuar a defender um quadro de políticas inclusivo para as micro e pequenas empresas e apoiar a formalização das empresas. O cerne, em particular, deveria ser o aumento da filiação sindical através da realização de campanhas de sensibilização do público, utilizando novas tecnologias e reforçando a capacidade dos sindicatos locais. É essencial a extensão dos acordos coletivos a todos os trabalhadores do setor relevante, independentemente da situação profissional (formal ou informal), para reduzir os défices de trabalho digno. É necessária uma análise mais minuciosa das melhores formas de organização e representação dos trabalhadores das micro e pequenas empresas.
- **Eficácia do diálogo social:** É necessário analisar de que modo o diálogo social a nível meso e macro pode ajudar a melhorar as condições de trabalho e a produtividade nas micro e pequenas empresas.
- **Fatores que afetam a produtividade:** É essencial compreender como a produtividade das empresas é moldada por um «ecossistema» mais amplo para que o pleno potencial das MPME para apoiar o crescimento empresarial e a criação de empregos dignos possa ser desbloqueado. É importante abordar tanto fatores de produtividade interna a nível da empresa (por exemplo, mão de obra e práticas e processos de gestão) como fatores externos a nível meso e macro (por exemplo, regulamentos, acesso a financiamento, acesso a infraestruturas digitais, disponibilidade de mão de obra qualificada).
- **Transição para a formalidade:** Dada a prevalência da informalidade entre os trabalhadores por conta própria e as micro e pequenas empresas, é importante identificar formas de fomentar o seu desenvolvimento e crescimento e de lhes permitir criar oportunidades de emprego digno. A experiência mostrou que

a melhor forma de alcançar a transição para a formalidade é através de uma abordagem integrada e a longo prazo, em lugar de através de intervenções pequenas e fragmentadas (ver a Recomendação (N.º 204) relativa à Transição da Economia Informal para a Economia Formal, 2015).

- **Mais e melhores dados:** É necessário empreender esforços contínuos para recolher mais dados e de melhor qualidade (desagregados de acordo com vários atributos) para permitir uma determinação mais precisa da extensão do emprego em empresas de diferentes classes de dimensão, um dado importante para governos, organizações de empregadores e de trabalhadores, doadores e organismos responsáveis pela execução no domínio da cooperação para o desenvolvimento. Os dados desagregados por sexo são fundamentais para compreender as dinâmicas para as questões de género e conceber políticas de apoio às mulheres empresárias e à capacitação das mulheres.
- **Acesso aos mercados:** É vital proporcionar às unidades económicas mais pequenas acesso aos mercados e incluí-las nas cadeias de valor não só para o desenvolvimento e formalização do setor privado, mas também para a redução da pobreza.
- **Desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres:** As políticas que promovem a capacitação económica das mulheres e proporcionam às mulheres empresárias acesso a mercados e serviços de apoio continuarão a ser fundamentais para conseguir um melhor desempenho e produtividade, bem como para reduzir a assimetria de género no mercado de trabalho.
- **Sustentabilidade ambiental:** As alterações climáticas e ambientais trazem novas oportunidades e desafios às empresas. É essencial reforçar a resiliência das empresas, particularmente das MPME, de modo a evitar perturbações na atividade económica e a perda de ativos, empregos e rendimentos. Visando tirar partido das novas oportunidades de negócio e do mercado, os governos e os parceiros sociais podem trabalhar em conjunto para fornecer informações e aconselhamento direcionados em matéria empresarial sobre práticas empresariais verdes,ecoinovação e sistemas reguladores e sobre como garantir a conformidade - e em formatos facilmente acessíveis - tais como conjuntos de ferramentas de fácil utilização.



Referências bibliográficas

- Ayyagari, M.; Dermirgüç-Kunt, A.; Maksimovic, V. 2011. *Small vs. young firms across the world: Contribution to employment, job creation, and growth*, Policy Research Working Paper No. 5631 (Washington, DC, World Bank).
- Bosch, M.; Maloney, W. F. 2010. "Comparative analysis of labor market dynamics using Markov processes: An application to informality", in *Labour Economics*, Vol. 17, No. 4, pp. 621–631.
- de Mel, S.; McKenzie, D.; Woodruff, C. 2010. "Who are the microenterprise owners? Evidence from Sri Lanka on Tokman versus de Soto", in J. Lerner and A. Schoar (eds): *International differences in entrepreneurship* (Chicago, IL, University of Chicago Press).
- El-Hamidi, F.; Baslevant, C. 2013. *Micro and small enterprises (MSEs) in urban economies: A comparative study of Egypt and Turkey at the province level*, Working Paper No. 761 (Dokki, Giza, Economic Research Forum).
- European Commission (EC). 2015. *User guide to the SME Definition* (Luxembourg, Publications Office of the European Union).
- Fajnzylber, P.; Maloney, W.; Montes-Rojas, G. 2006. "Microenterprise dynamics in developing countries: How similar are they to those in the industrialized world?", in *World Bank Economic Review*, Vol. 20, No. 3, pp. 389–419.
- Fields, G.S. 2017. "The employment problem in developing countries: A re-examination four decades later", in M. Nissanke and M. Ndulo (eds): *Poverty reduction in the course of African development* (Oxford, Oxford University Press), pp. 39–56.
- Fox, L.; Sohnesen, T.P. 2012. *Household enterprises in sub-Saharan Africa: Why they matter for growth, jobs, and livelihoods*, Policy Research Working Paper No. 6184 (Washington, DC, World Bank).
- Gindling, T.H.; Newhouse, D. 2014. "Self-employment in the developing world", in *World Development*, Vol. 56, pp. 313–331.
- Hsieh, C.-T.; Olken, B.A. 2014. "The missing 'missing middle'", in *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 28, No. 3, pp. 89–108.
- International Finance Corporation (IFC). 2012. *Interpretation Note on small and medium enterprises and environmental and social risk management* (Washington, DC).
- International Labour Organization (ILO). 1993. *Statistics of employment in the informal sector*, Report III, 15th International Conference of Labour Statisticians, Geneva, 1993 (Geneva).
- . 2018. *Women and men in the informal economy: A statistical picture. Third edition* (Geneva).
- ; Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). 2013. *Is small still beautiful? Literature review of recent empirical evidence on the contribution of SMEs to employment creation* (Geneva and Bonn).

- Kushnir, K.; Mirmulstein, M.L.; Ramalho, R. 2010. *Micro, small, and medium enterprises around the world: How many are there, and what affects the count?*, MSME Country Indicators Analysis Note (Washington, DC, World Bank/IFC).
- Li, Y.; Rama, M. 2013. *Firm dynamics, productivity growth and job creation in developing countries: The role of micro- and small enterprises*, Background Paper for the *World Development Report 2013* (Washington, DC, World Bank).
- McKenzie, D.J.; Paffhausen, A.L. 2017. *Small firm death in developing countries*, Policy Research Working Paper No. 8236 (Washington, DC, World Bank).
- Stuart, E.; Samman, E.; Hunt, A. 2018. *Informal is the new normal: Improving the lives of workers at risk of being left behind*, Working Paper No. 530 (London, Overseas Development Institute).
- United Nations (UN). 2018. *World Economic Situation and Prospects 2018* (New York).
- World Bank. 2012. *World Development Report 2013: Jobs* (Washington, DC).
- . 2019. *World Bank country and lending groups*. Available at: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups> [24 July 2019].

Anexo I: Distribuição do emprego por dimensão da unidade económica

Quadro I.1.

Distribuição do emprego por dimensão da unidade económica e formalidade (média ponderada para cada grupo de rendimento dos países)

Percentagem de emprego	Grupo de rendimento do país*			
	Rendimento baixo	Médio baixo	Médio alto	Rendimento elevado
Por dimensão da unidade económica				
Trabalhadores por conta própria	53.5%	61.2%	15.8%	11.4%
Microempresas	37.4%	22.7%	21.9%	21.7%
Pequenas empresas	3.0%	6.5%	18.6%	24.5%
Médias e grandes empresas	6.1%	9.6%	43.7%	42.4%
Total	100%	100%	100%	100%
Por formalidade e dimensão da unidade económica				
Setor formal				
Trabalhadores por conta própria	3.7%	3.2%	3.0%	4.6%
Microempresas	3.9%	5.1%	6.5%	16.2%
Pequenas empresas	1.9%	5.3%	8.7%	22.1%
Médias e grandes empresas	5.5%	8.4%	36.5%	39.3%
Setor informal				
Trabalhadores por conta própria	49.8%	58.1%	12.8%	6.8%
Microempresas	33.5%	17.6%	15.4%	5.5%
Pequenas empresas	1.1%	1.2%	9.8%	2.4%
Médias e grandes empresas	0.6%	1.2%	7.2%	3.1%
Total	100%	100%	100%	100%

* Ver Anexo II para uma visão geral de todos os países incluídos na base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas.

Quadro I.2.**Distribuição do emprego por dimensão da unidade económica, formalidade e atividade económica (média ponderada para cada região)**

Percentagem de emprego	Região*					
	EAP	ECA	LAC	MENA	SA	SSA
Por dimensão da unidade económica						
Trabalhadores por conta própria	14.1%	10.0%	31.3%	43.7%	66.5%	50.0%
Microempresas	21.3%	21.4%	31.7%	24.7%	19.6%	34.3%
Pequenas empresas	18.6%	25.8%	11.1%	11.5%	5.3%	6.5%
Médias e grandes empresas	46.0%	42.8%	25.9%	20.1%	8.6%	9.3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Por atividade económica						
Agricultura	5.4%	6.4%	16.2%	25.6%	40.1%	54.9%
Indústria	35.8%	25.1%	21.7%	23.5%	11.3%	11.6%
Serviços	58.8%	68.5%	62.1%	50.9%	48.6%	33.5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Por atividade económica, formalidade e dimensão da unidade económica						
Agricultura						
Setor formal						
Trabalhadores por conta própria	3.7%	5.3%	0.8%	0.2%	0.3%	1.5%
Microempresas	4.6%	9.9%	3.3%	1.4%	0.1%	0.2%
Pequenas empresass	2.1%	8.5%	2.0%	0.8%	0.1%	0.3%
Médias e grandes empresas	4.7%	7.8%	4.2%	0.8%	0.1%	0.6%
Setor informal						
Trabalhadores por conta própria	24.7%	36.0%	42.0%	76.9%	88.6%	52.9%
Microempresas	44.6%	27.4%	41.8%	17.4%	8.3%	42.0%
Pequenas empresas	11.1%	3.1%	4.2%	2.0%	0.1%	1.8%
Médias e grandes empresas	4.6%	1.9%	1.8%	0.4%	2.5%	0.7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Percentagem de emprego	Região*					
	EAP	ECA	LAC	MENA	SA	SSA
Indústria						
Setor formal						
Trabalhadores por conta própria	0.9%	2.8%	1.7%	0.4%	5.4%	4.1%
Microempresas	2.8%	12.3%	10.1%	10.4%	6.1%	5.7%
Pequenas empresas	6.6%	21.5%	9.8%	9.1%	5.8%	6.4%
Médias e grandes empresas	35.2%	46.8%	32.1%	17.3%	17.4%	14.2%
Setor informal						
Trabalhadores por conta própria	3.5%	4.4%	21.2%	34.0%	33.7%	43.2%
Microempresas	15.4%	4.1%	22.9%	25.3%	29.3%	19.3%
Pequenas empresas	18.9%	3.0%	1.3%	2.3%	1.6%	4.2%
Médias e grandes empresas	16.6%	5.2%	0.9%	1.3%	0.7%	3.0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Serviços						
Setor formal						
Trabalhadores por conta própria	4.7%	4.0%	3.9%	1.2%	5.9%	5.0%
Microempresas	6.0%	16.6%	14.0%	8.9%	7.9%	7.9%
Pequenas empresas	6.6%	24.3%	12.0%	15.2%	8.4%	9.2%
Médias e grandes empresas	41.4%	39.5%	28.0%	30.0%	11.1%	17.7%
Setor informal						
Trabalhadores por conta própria	14.0%	4.1%	27.3%	30.0%	48.6%	38.6%
Microempresas	14.5%	5.1%	13.7%	13.7%	17.3%	16.6%
Pequenas empresas	8.3%	3.3%	0.5%	0.8%	0.6%	3.1%
Médias e grandes empresas	4.5%	3.0%	0.6%	0.3%	0.2%	2.0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

* EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsariana.

Ver Anexo II para uma visão geral de todos os países incluídos na base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas.

Quadro I.3.
Distribuição do emprego por dimensão da unidade económica e formalidade (mediana não ponderada de cada grupo de rendimento dos países)

Percentagem de emprego	Grupos de rendimento dos países*			
	Rendimento baixo	Médio baixo	Médio alto	Rendimento elevado
Por dimensão da unidade económica				
Trabalhadores por conta própria	62%	45%	26%	10%
Microempresas	30%	34%	27%	20%
Pequenas empresas	4%	10%	15%	27%
Médias e grandes empresas	5%	12%	29%	42%
Por formalidade e dimensão da unidade económica				
Setor informal				
Trabalhadores por conta própria	4%	2%	4%	4%
Microempresas	3%	5%	12%	17%
Pequenas empresas	2%	6%	14%	26%
Médias e grandes empresas	3%	11%	26%	41%
Setor formal				
Trabalhadores por conta própria	57%	41%	21%	5%
Microempresas	28%	26%	14%	3%
Pequenas empresas	1%	2%	1%	1%
Médias e grandes empresas	1%	1%	0%	1%

* Ver Anexo II para uma visão geral de todos os países incluídos na base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas.

Quadro 1.4.
Distribuição do emprego por dimensão da unidade económica, formalidade e atividade económica (mediana não ponderada de cada região)

Percentagem de emprego	Região*					
	EAP	ECA	LAC	MENA	SA	SSA
Por dimensão da unidade económica						
Trabalhadores por conta própria	21%	10%	32%	24%	47%	53%
Microempresas	19%	20%	30%	40%	36%	30%
Pequenas empresas	14%	27%	12%	14%	4%	7%
Médias e grandes empresas	25%	40%	24%	15%	8%	6%
Por atividade económica						
Agricultura	29%	4%	16%	20%	39%	49%
Indústria	19%	23%	20%	23%	22%	12%
Serviços	52%	70%	63%	56%	40%	36%
Por atividade económica, formalidade e dimensão da unidade económica						
Agricultura						
Setor formal						
Trabalhadores por conta própria	1%	7%	1%	0%	0%	0%
Microempresas	1%	20%	5%	2%	0%	1%
Pequenas empresas	1%	14%	2%	3%	0%	1%
Médias e grandes empresas	1%	8%	6%	1%	0%	1%
Setor informal						
Trabalhadores por conta própria	64%	22%	37%	37%	56%	57%
Microempresas	18%	11%	30%	27%	40%	30%
Pequenas empresas	1%	0%	1%	1%	0%	2%
Médias e grandes empresas	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Indústria						
Setor formal						
Trabalhadores por conta própria	2%	2%	2%	0%	2%	3%
Microempresas	6%	12%	10%	13%	5%	5%

Percentagem de emprego	Região*					
	EAP	ECA	LAC	MENA	SA	SSA
Pequenas empresas	7%	24%	11%	8%	6%	6%
Médias e grandes empresas	32%	51%	28%	8%	14%	8%
Setor informal						
Trabalhadores por conta própria	13%	4%	23%	9%	21%	38%
Microempresas	10%	2%	24%	32%	41%	19%
Pequenas empresas	6%	1%	1%	2%	2%	3%
Médias e grandes empresas	2%	1%	1%	0%	0%	3%
Serviços						
Setor formal						
Trabalhadores por conta própria	4%	4%	5%	1%	6%	5%
Microempresas	11%	19%	12%	14%	9%	8%
Pequenas empresas	10%	27%	12%	13%	3%	7%
Médias e grandes empresas	31%	37%	26%	22%	10%	12%
Setor informal						
Trabalhadores por conta própria	20%	4%	28%	29%	40%	43%
Microempresas	11%	3%	10%	14%	21%	18%
Pequenas empresas	2%	1%	0%	0%	1%	2%
Médias e grandes empresas.	1%	1%	0%	0%	0%	1%

* EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsariana.

Ver Anexo II para uma visão geral de todos os países incluídos na base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas.

Anexo II: Classificação dos países e inquéritos nacionais utilizados na construção da base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas

Quadro II.1.

Classificação dos países por grupo de rendimento e região geográfica dos países abrangidos pelos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial e/ou pela base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas

País	Grupo de rendimento	Região*	Base de dados da OIT	Inquéritos às Empresas do Banco Mundial
Afeganistão	Rendimento baixo	SA		X
Albânia	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Angola	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Antígua e Barbuda	Rendimento elevado	LAC		X
Argentina	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Áustria	Rendimento elevado	ECA	X	
Azerbaijão	Rendimento médio alto	ECA		X
Baamas	Rendimento elevado	LAC		X
Bangladexe	Rendimento médio baixo	SA	X	X
Barbados	Rendimento elevado	LAC		X
Bielorrússia	Rendimento médio alto	ECA		X
Bélgica	Rendimento elevado	ECA	X	
Belize	Rendimento médio alto	LAC		X
Benim	Rendimento baixo	SSA	X	X
Butão	Rendimento médio baixo	SA		X
Bolívia, Estado Plurinacional da	Rendimento médio baixo	LAC	X	X
Bósnia-Herzegovina	Rendimento médio alto	ECA		X
Botsuana	Rendimento médio alto	SSA		X
Brasil	Rendimento médio alto	LAC		X
Brunei Darussalã	Rendimento elevado	EAP	X	
Bulgária	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Burquina Fasso	Rendimento baixo	SSA	X	X
Burundi	Rendimento baixo	SSA		X
Cabo Verde	Rendimento médio baixo	SSA		X
Camboja	Rendimento médio baixo	EAP	X	X

País	Grupo de rendimento	Região*	Base de dados da OIT	Inquéritos às Empresas do Banco Mundial
Camarões	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
República Centro-Africana	Rendimento baixo	SSA		X
Chade	Rendimento baixo	SSA		X
Chile	Rendimento elevado	LAC	X	X
China	Rendimento médio alto	EAP	X	X
Colômbia	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Congo	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Congo, República Democrática do	Rendimento baixo	SSA	X	X
Costa Rica	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Costa do Marfim	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Croácia	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Chipre	Rendimento elevado	ECA	X	
República Checa	Rendimento elevado	ECA	X	X
Jibuti	Rendimento médio baixo	MENA		X
Dinamarca	Rendimento elevado	ECA	X	
Domínica	Rendimento médio baixo	LAC		X
República Dominicana	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Equador	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Egito	Rendimento médio baixo	MENA	X	X
Salvador	Rendimento médio baixo	LAC	X	X
Eritreia	Rendimento baixo	SSA		X
Estónia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Essuatíni	Rendimento médio baixo	SSA		X
Etiópia	Rendimento baixo	SSA		X
Fiji	Rendimento médio alto	EAP		X
Finlândia	Rendimento elevado	ECA	X	
França	Rendimento elevado	ECA	X	
Gabão	Rendimento médio alto	SSA		X
Gâmbia	Rendimento baixo	SSA	X	X
Geórgia	Rendimento médio baixo	ECA		X
Alemanha	Rendimento elevado	ECA	X	
Gana	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Grécia	Rendimento elevado	ECA	X	
Granada	Rendimento médio alto	LAC		X
Guatemala	Rendimento médio baixo	LAC	X	X

País	Grupo de rendimento	Região*	Base de dados da OIT	Inquéritos às Empresas do Banco Mundial
Guiné	Rendimento baixo	SSA		X
Guiana	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Honduras	Rendimento médio baixo	LAC	X	X
Hungria	Rendimento elevado	ECA	X	X
Islândia	Rendimento elevado	ECA	X	
Índia	Rendimento médio baixo	SA	X	X
Indonésia	Rendimento médio baixo	EAP		X
Iraque	Rendimento médio alto	MENA	X	X
Irlanda	Rendimento elevado	ECA	X	
Israel	Rendimento elevado	MENA		X
Itália	Rendimento elevado	ECA	X	
Jamaica	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Jordânia	Rendimento médio baixo	MENA	X	X
Cazaquistão	Rendimento médio alto	ECA		X
Quênia	Rendimento médio baixo	SSA		X
Coreia, República da	Rendimento elevado	EAP	X	
Kosovo ¹⁴	Rendimento médio alto	ECA		X
Quirguistão	Rendimento médio baixo	ECA	X	X
República Democrática Popular do Laos	Rendimento médio baixo	EAP	X	X
Letónia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Líbano	Rendimento médio alto	MENA		X
Lesoto	Rendimento médio baixo	SSA		X
Libéria	Rendimento baixo	SSA	X	X
Lituânia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Luxemburgo	Rendimento elevado	ECA	X	
Madagáscar	Rendimento baixo	SSA	X	X
Maláui	Rendimento baixo	SSA	X	X
Mali	Rendimento baixo	SSA	X	X
Mauritânia	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Maurícia	Rendimento médio alto	SSA		X
México	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Micronésia, Estados Federados da	Rendimento médio baixo	EAP		X
Moldávia, República da	Rendimento médio baixo	ECA		X

¹⁴ As defined in United Nations Security Council Resolution No. 1244 of 1999.

País	Grupo de rendimento	Região*	Base de dados da OIT	Inquéritos às Empresas do Banco Mundial
Mongólia	Rendimento médio baixo	EAP	X	X
Montenegro	Rendimento médio alto	ECA		X
Marrocos	Rendimento médio baixo	MENA	X	X
Mianmar/Birmânia	Rendimento médio baixo	EAP	X	X
Namíbia	Rendimento médio alto	SSA	X	X
Nepal	Rendimento baixo	SA	X	X
Países Baixos	Rendimento elevado	ECA	X	
Nicarágua	Rendimento médio baixo	LAC		X
Níger	Rendimento baixo	SSA	X	X
Nigéria	Rendimento médio baixo	SSA		X
Macedónia do Norte	Rendimento médio alto	ECA		X
Noruega	Rendimento elevado	ECA	X	
Territórios Palestínianos Ocupados	Rendimento médio baixo	MENA	X	X
Paquistão	Rendimento médio baixo	SA	X	X
Panamá	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Papua-Nova Guiné	Rendimento médio baixo	EAP		X
Paraguai	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Peru	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Filipinas	Rendimento médio baixo	EAP		X
Polónia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Portugal	Rendimento elevado	ECA	X	
Roménia	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Federação Russa	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Ruanda	Rendimento baixo	SSA		X
São Cristóvão e Neves	Rendimento médio alto	LAC		X
Santa Lúcia	Rendimento médio alto	LAC		X
São Vicente e Granadinas	Rendimento médio alto	LAC		X
Samoa	Rendimento médio alto	EAP	X	X
Senegal	Rendimento baixo	SSA	X	X
Sérvia	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Seicheles	Rendimento elevado	SSA	X	
Serra Leoa	Rendimento baixo	SSA		X
Eslováquia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Eslovénia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Ilhas Salomão	Rendimento médio baixo	EAP		X

País	Grupo de rendimento	Região*	Base de dados da OIT	Inquéritos às Empresas do Banco Mundial
África do Sul	Rendimento médio alto	SSA	X	
Sudão do Sul	Rendimento baixo	SSA		X
Espanha	Rendimento elevado	ECA	X	
Sri Lanca	Rendimento médio baixo	SA	X	X
Sudão	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Suriname	Rendimento médio alto	LAC		X
Suécia	Rendimento elevado	ECA	X	X
Suíça	Rendimento elevado	ECA	X	
Tajiquistão	Rendimento médio baixo	ECA	X	X
Tanzânia, República Unida da	Rendimento baixo	SSA	X	X
Tailândia	Rendimento médio alto	EAP		X
Timor-Leste	Rendimento médio baixo	EAP	X	X
Togo	Rendimento baixo	EAP		X
Tonga	Rendimento médio alto	EAP		X
Trindade e Tobago	Rendimento elevado	LAC		X
Tunísia	Rendimento médio baixo	MENA	X	X
Turquia	Rendimento médio alto	ECA	X	X
Uganda	Rendimento baixo	SSA	X	X
Ucrânia	Rendimento médio baixo	ECA		X
Reino Unido	Rendimento elevado	ECA	X	
Uruguai	Rendimento elevado	LAC	X	X
Usbequistão	Rendimento médio baixo	ECA		X
Vanuatu	Rendimento médio baixo	EAP		X
Venezuela, República Bolivariana da	Rendimento médio alto	LAC	X	X
Vietname	Rendimento médio baixo	EAP		X
Iémen	Rendimento médio baixo	MENA	X	X
Zâmbia	Rendimento médio baixo	SSA	X	X
Zimbabué	Rendimento baixo	SSA	X	X

* EAP = Ásia Oriental e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caraíbas; MENA = Médio Oriente e Norte da África; SA = Sul da Ásia; SSA = África Subsaariana.

Fonte: Banco Mundial (2019); ONU (2018).

Quadro II.2.**Inquéritos nacionais incluídos na base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas**

Country	Year	Name of survey
Albânia	2013	Labour Force Survey
Angola	2009	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP)
Argentina	2017	Encuesta Permanente de Hogares (EPH)
Áustria	2012	European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC)
Bangladexe	2017	Labour Force Survey
Bélgica	2016	EU-SILC
Benim	2011	Enquête Modulaire Intégrée sur les Conditions de Vie des Ménages (EMICOV)
Bolívia, Estado Plurinacional da	2017	Encuesta de Hogares (EH)
Brunei Darussalá	2014	Labour Force Survey
Bulgária	2012	EU-SILC
Burquina Fasso	2014	Enquête Multisectorielle Continue (EMC)
Camboja	2012	Labour Force Survey
Camarões	2014	Enquête Camerounaise Auprès des Ménages (ECAM 3)
Chile	2017	Nueva Encuesta Nacional de Empleo (NENE)
China	2013	Chinese Household Income Project (CHIP)
Colômbia	2015	Encuesta Nacional de Calidad de Vida (ECV)
Congo	2009	Enquête sur l'Emploi et le Secteur Informel au Congo (EESIC)
Congo, República Democrática do	2012	Enquête Nationale sur l'Emploi et le Secteur Informel (ENESI)
Costa Rica	2017	Encuesta Nacional de Hogares (ENAHO)
Costa do Marfim	2016	Enquête Nationale sur la Situation de l'Emploi et le Secteur Informel (ENSESI)
Croácia	2012	EU-SILC
Chipre	2012	EU-SILC
República Checa	2012	EU-SILC
Dinamarca	2012	EU-SILC
República Dominicana	2016	Encuesta Nacional de Fuerza de Trabajo (ENFT)
Equador	2018	Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo (ENEMDU)
Egito	2016	Labour Force Survey
Salvador	2017	Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples (EHPM)
Estónia	2012	EU-SILC
Finlândia	2012	EU-SILC
França	2012	EU-SILC
Gâmbia	2012	Gambia Labour Force Survey (GLFS)
Alemanha	2012	EU-SILC

Country	Year	Name of survey
Gana	2015	Labour Force Survey
Grécia	2012	EU-SILC
Guatemala	2016	Encuesta Nacional de Empleo e Ingresos (ENEI)
Guiana	2017	Guyana Labour Force Survey (GLFS)
Honduras	2017	Encuesta Permanente de Hogares de Propósitos Múltiples (EPHPM)
Hungria	2012	EU-SILC
Islândia	2012	EU-SILC
Índia	2012	Employment and Unemployment Survey (EUS)
Iraque	2012	Iraq Household Socio Economic Survey (IHSES)
Irlanda	2015	EU-SILC
Itália	2012	EU-SILC
Jamaica	2014	Labour Force Survey
Jordânia	2016	Integrated Labour Market Panel Survey (ILMPS)
Coreia, República da	2014	Korean Labour and Income Panel Study (KLIPS)
Quirguistão	2013	Life in Kyrgyzstan (LiK) Study
República Democrática Popular do Laos	2017	Labour Force Survey
Letónia	2012	EU-SILC
Libéria	2010	Labour Force Survey
Lituânia	2012	EU-SILC
Luxemburgo	2012	EU-SILC
Madagáscar	2015	Enquête Nationale sur l'Emploi et le Secteur Informel (ENESI)
Maláui	2012	Malawi Labour Force Survey (MLFS)
Mali	2016	Enquête Modulaire et Permanente auprès des Ménages (EMOP)
Mauritânia	2012	Enquête Nationale de Référence sur l'Emploi et le Secteur Informel (ENRE-SI)
México	2018	Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE)
Mongólia	2017	Labour Force Survey
Marrocos	2010	Enquête auprès des Ménages et des Jeunes (EMJM)
Mianmar/Birmânia	2015	Labour Force Survey
Namíbia	2016	Labour Force Survey
Nepal	2017	Nepal Labour Force Survey (NLFS)
Países Baixos	2012	EU-SILC
Níger	2011	Living Standard and Monitoring Survey
Noruega	2012	EU-SILC
Territórios Palestínianos Ocupados	2017	Labour Force Survey
Paquistão	2018	Labour Force Survey

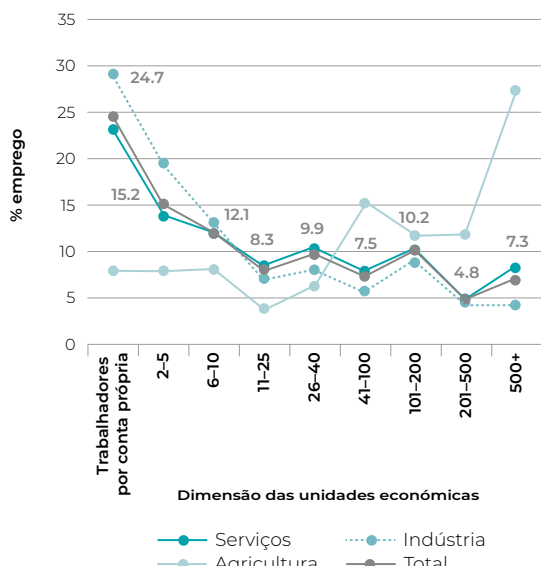
Country	Year	Name of survey
Paraguai	2017	Encuesta de Mercado Laboral (EML)
Peru	2017	Encuesta Permanente de Hogares (EPH)
Polónia	2017	Encuesta Nacional de Hogares (ENAHO)
Portugal	2012	EU-SILC
Roménia	2012	EU-SILC
Federação Russa	2012	EU-SILC
Samoa	2014	Russia Longitudinal Monitoring Survey – Higher School of Economics (RLMSHSE)
Senegal	2017	Labour Force Survey
Sérvia	2015	Enquête Nationale sur l'Emploi au Sénégal (ENES)
Seicheles	2017	Labour Force Survey
Eslováquia	2018	Labour Force Survey
Eslovénia	2012	EU-SILC
África do Sul	2012	EU-SILC
Espanha	2018	Labour Force Survey
Seri Lanca	2012	EU-SILC
Sudão	2016	Labour Force Survey
Suécia	2011	Labour Force Survey
Suíça	2012	EU-SILC
Tajiquistão	2012	EU-SILC
Tanzânia, República Unida da	2009	Tajikistan Living Standards Measurement Survey (TLSS)
Timor-Leste	2014	Integrated Labour Force Survey (ILFS)
Tunísia	2013	Labour Force Survey
Turquia	2014	Labour market panel survey
Uganda	2015	Household Labour Force Survey (HLFS)
Reino Unido	2012	National Labour Force and Child Activities Survey (NLF&CAS)
Uruguai	2012	EU-SILC
Venezuela, República Bolivariana da	2017	Encuesta Continua de Hogares (ECH)
Iémen	2012	Encuesta de Hogares por Muestreo (EHM)
Zâmbia	2014	Labour Force Survey
Zambia	2008	Labour Force Survey
Zimbabué	2011	Labour Force Survey

Anexo III: Exemplos selecionados de países em termos de distribuição do emprego por dimensão das unidades económicas e setor

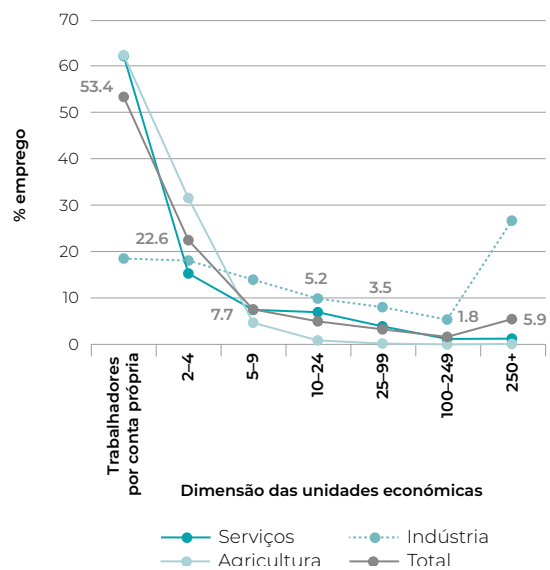
As distribuições de emprego nos países selecionados abaixo indicadas baseiam-se em dados nacionais e classificações das unidades económicas por dimensão, que permitem uma maior desagregação. Um padrão quase constante no setor agrícola é a diminuição da percentagem do total do emprego com o aumento da dimensão da unidade económica, que é observado em quase todos os países, exceto na Argentina e Costa Rica. Pelo contrário, a distribuição do emprego na indústria é em forma de U, também nos países de rendimento médio baixo. Na maioria dos países, mas não em todos, este é o setor com o número mais baixo de trabalhadores por conta própria.

Distribuição do total do emprego pela dimensão das unidades económicas (classificação nacional) e setor em países selecionados, anos selecionados

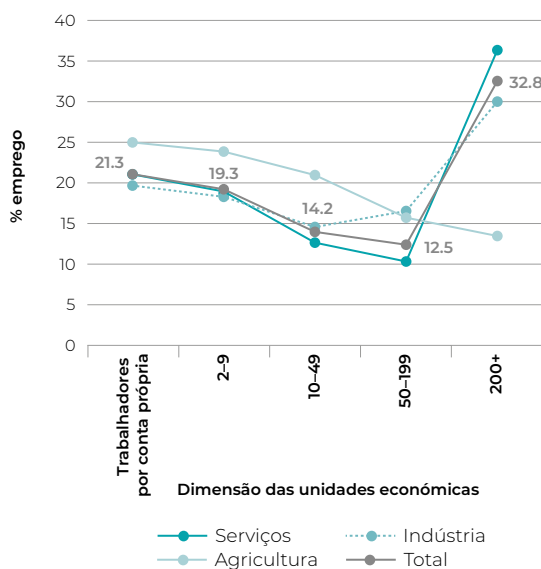
Argentina (2017)



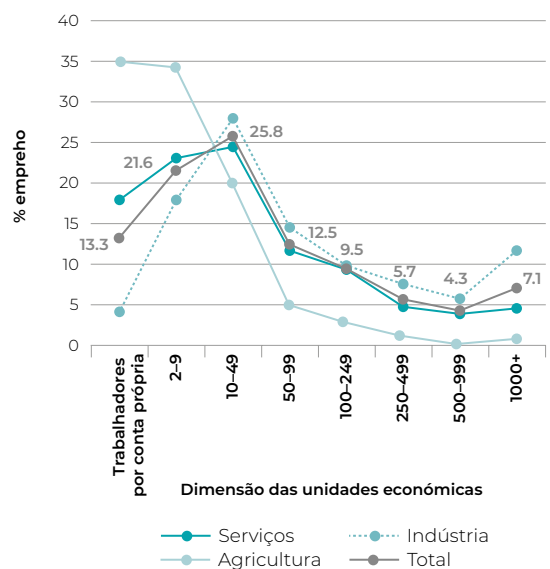
Bangladexe (2017)



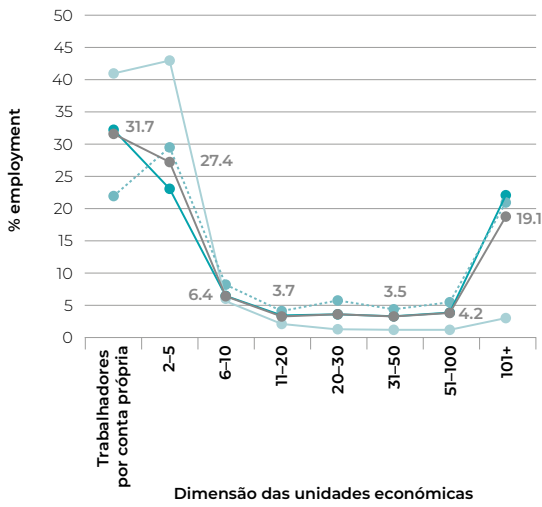
Chile (2017)



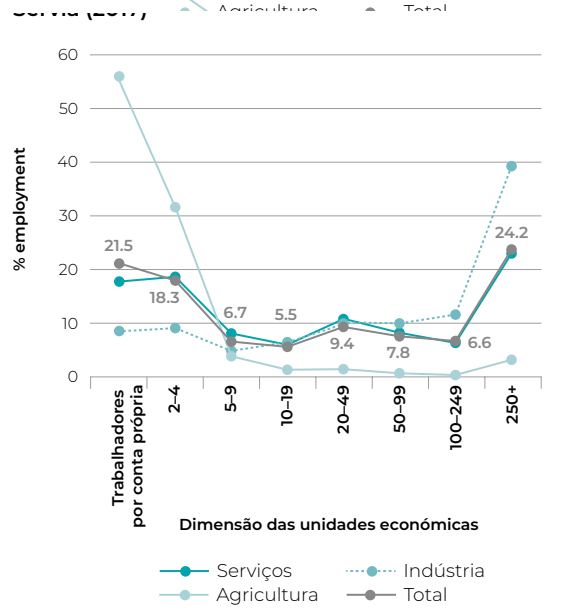
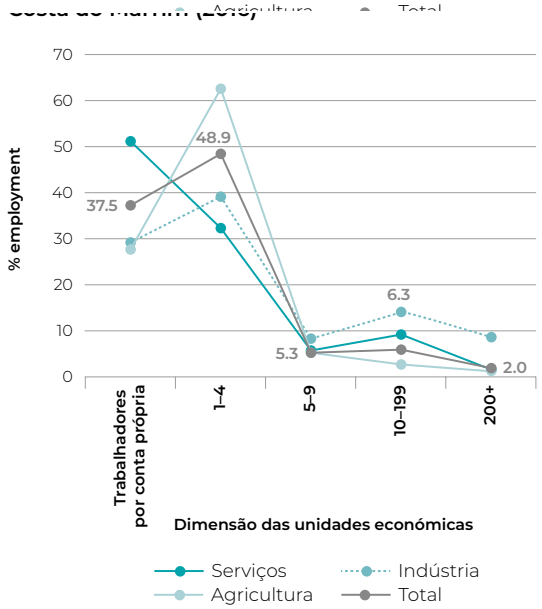
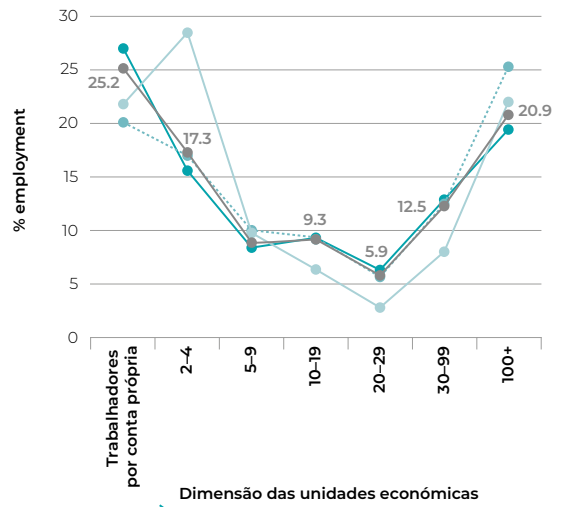
China (2013)



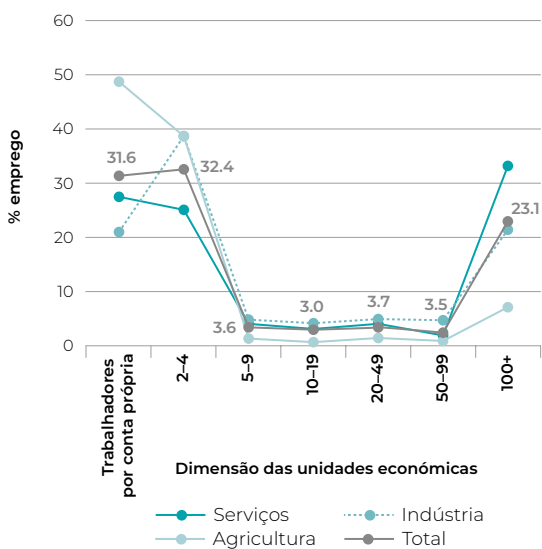
Colômbia (2015)



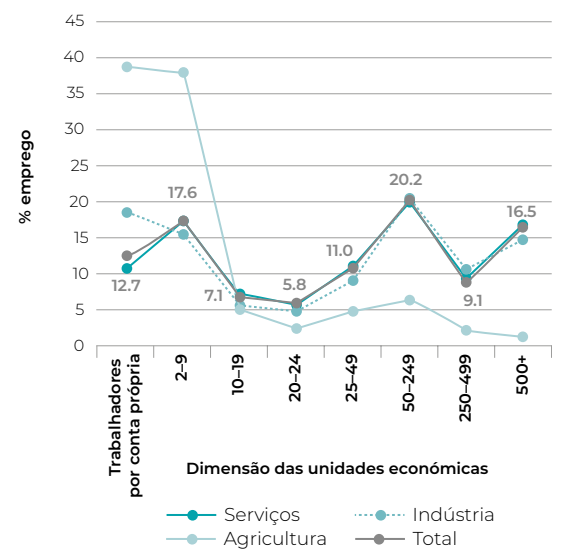
Costa Rica (2017)



Sri Lanka (2016)



Reino Unido (2012)



Source: ILO calculations, August 2019.

Anexo IV: Medição do emprego nos setores informal e formal

A nova base de dados da OIT sobre o emprego e a dimensão das unidades económicas inclui estatísticas sobre a extensão do emprego na economia informal, bem como na economia formal. O emprego na economia informal refere-se ao emprego no setor informal e ao emprego informal fora do setor informal (ou seja, em empresas do setor formal e em agregados familiares).

Setor informal

Referir-se ao «setor informal» significa olhar para a informalidade do ponto de vista dos estabelecimentos ou empresas e não do ponto de vista dos trabalhadores individuais. As primeiras tentativas de conceptualizar e definir o setor informal (e, mais geralmente, a informalidade) foram realizadas na década de 1970. Contudo, só em 1993 - na 15.ª Conferência Internacional dos Estaticistas do Trabalho - foi adotada uma definição estatística internacionalmente acordada do setor informal. De acordo com esta definição, o setor informal é constituído por unidades que participam na produção de bens ou serviços com o objetivo principal de gerar emprego e rendimento para as pessoas que nelas participam. O setor informal é composto por um subconjunto de empresas não constituídas como entidades jurídicas separadas, de forma independente dos seus proprietários. São propriedade de membros individuais de agregados familiares, ou de vários membros do mesmo agregado familiar ou de agregados familiares diferentes. Regra geral, estas empresas trabalham com baixos níveis de organização, em pequena escala, e com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção (OIT, 1993).

Os agregados familiares com membros que trabalham numa exploração agrícola ou numa empresa privada em que o destino da produção é integralmente para uso final próprio são excluídos do âmbito do setor informal, mas incluídos como parte do setor doméstico.

Foram utilizados os seguintes critérios na elaboração da nova base de dados da OIT para determinar se um estabelecimento ou empresa deve ou não ser classificado como pertencendo ao setor formal:

- Critérios institucionais: o Governo, as empresas públicas e privadas, as organizações não governamentais e as organizações internacionais pertencem ao setor formal.
- Registo (aplica-se a empresas do setor privado que produzem pelo menos parcialmente para o mercado): se os estabelecimentos e empresas estiverem registados junto das autoridades nacionais competentes, tal indica que fazem parte do quadro jurídico-administrativo de um país e, conseqüentemente, gozam de proteção ao abrigo, por exemplo, do direito comercial nacional. Os estabelecimentos e empresas do setor privado registados pertencem ao setor formal.

Se a unidade económica não estava registada ou estava ainda em processo de registo, ou se esta informação estava em falta, foram então considerados os seguintes critérios:

- Contabilidade (aplica-se a empresas do setor privado que produzem pelo menos parcialmente para o mercado): os estabelecimentos e empresas

que mantêm um conjunto de contas exigido por lei (por exemplo, balanços) pertencem ao setor formal. Se faltarem informações sobre o registo e a contabilidade¹⁵, pode ser aplicado um conjunto de critérios alternativos, como explicado a seguir.

Os seguintes critérios alternativos apenas foram aplicados nos casos em que faltavam informações sobre o setor institucional, o registo e a contabilidade:

- Contribuição do empregador (para os trabalhadores por conta de outrem): se um estabelecimento ou empresa pagar contribuições para a segurança social em nome dos seus trabalhadores, então pertence ao setor formal.
- Dimensão da unidade económica e localização fixa visível: se faltarem informações sobre a contribuição do empregador, mas o estabelecimento ou empresa empregar mais de cinco trabalhadores e trabalhar a partir de uma localização fixa visível, então é classificado como fazendo parte do setor formal.

Emprego informal

A formalidade das empresas não deve ser confundida com a formalidade do emprego. Enquanto o emprego no setor informal é um conceito baseado na empresa, o emprego informal é definido em termos da relação de trabalho e refere-se aos empregos como a unidade de observação. O emprego informal implica uma modalidade de trabalho que, na lei ou na prática, não está sujeita à legislação laboral nacional, à tributação do rendimento, à proteção social ou ao direito a determinadas prestações de emprego (por exemplo, pré-aviso de despedimento, indemnizações por despedimento, férias anuais remuneradas ou licença por doença).

As características que definem o emprego formal e informal dependem da situação profissional (OIT, 2018, p. 11):

- O emprego dos trabalhadores por conta de outrem é considerado formal desde que os empregadores contribuam para a segurança social em seu nome ou, na ausência de informações sobre as contribuições para a segurança social, se receberem férias anuais remuneradas e licença por doença remunerada.¹⁶ Em todos os outros casos, o emprego é considerado informal.
- No caso dos empregadores, trabalhadores por conta própria e membros de cooperativas, a formalidade do emprego depende do estatuto da unidade económica (a empresa). Se a empresa fizer parte do setor formal, o emprego para empregadores e trabalhadores por conta própria é considerado formal. Caso contrário, o emprego é considerado informal.
- O emprego dos trabalhadores familiares não remunerados é sempre considerado emprego informal.

Emprego total

O total do emprego constitui a soma do emprego na economia formal e na economia informal:

- O emprego total na economia formal consiste no emprego formal no setor formal;
- O emprego total na economia informal é a soma do emprego no setor informal e do emprego informal fora do setor informal (ou seja, emprego informal no setor formal e emprego informal nos agregados familiares).

¹⁵ Isto pode suceder nos inquéritos que não incluem questões relacionadas com os critérios supramencionados ou se os inquiridos não responderem a estas perguntas (ou não souberem a resposta).

¹⁶ Esta é a combinação dos critérios utilizados pela OIT para definir o emprego informal. São os critérios recomendados, mas outros países podem utilizar critérios diferentes ou combinar os critérios da OIT de uma forma diferente.

Anexo V: Análise de literatura selecionada em matéria de estudos sobre a contribuição para o emprego dos trabalhadores por conta própria e das microempresas

Seguidamente são discutidos uma série de estudos que analisaram a percentagem de trabalhadores por conta própria e microempresas no total do emprego, em comparação com unidades económicas de maior dimensão.

Os estudos que analisam a contribuição para o emprego das PME nos países em desenvolvimento produziram alguns resultados importantes, mas estes utilizaram maioritariamente dados dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial, que geralmente abrangem apenas as empresas formalmente registadas. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2013*, uma publicação de referência do Banco Mundial (2012), concluiu que as micro e pequenas empresas eram responsáveis pela maioria do emprego, particularmente nos países em desenvolvimento, mas que esta percentagem era muitas vezes subestimada porque os recenseamentos e os inquéritos a empresas raramente incluíam a economia informal. Salientou ainda que os dados dos inquéritos às famílias e ao emprego, representativos da população total, revelavam uma imagem diferente da percentagem de emprego dos trabalhadores por conta própria e das várias classes de dimensão das empresas.

Outros estudos consideraram a contribuição para o emprego dos trabalhadores por conta própria, das microempresas e das empresas que trabalham no setor informal, mas nenhum destes, tanto quanto sabemos, procedeu a uma comparação das percentagens de emprego dos trabalhadores por conta própria e das várias classes de dimensão das empresas, desagregadas pelos três principais setores de atividade económica e pela situação em termos de formalidade, de um número tão grande de países como no presente relatório.

Li e Rama (2013) observam que os recenseamentos e inquéritos dos países em desenvolvimento excluem a grande maioria das micro e pequenas empresas, que são de uma forma geral informais. Utilizando dados de inquéritos às famílias e ao emprego, os autores constataram que a maior parte da criação de emprego é proveniente de micro e pequenas empresas, inclusivamente nos países de rendimento médio alto, não obstante a taxa de destruição de emprego nestas empresas seja também elevada.

Num outro estudo importante, Gindling e Newhouse (2014), com base em dados de inquéritos a agregados familiares de 74 países em desenvolvimento, concluíram que o trabalho por conta própria é muito comum nesses países, onde menos de metade do total de trabalhadores são trabalhadores por conta de outrem. Os autores estimam que os trabalhadores por conta própria representam um terço dos trabalhadores dos países de rendimento baixo e médio, sendo a percentagem tão elevada quanto 51,6 por cento só no grupo de rendimento baixo.

Numa análise comparativa de três grandes países em desenvolvimento, Hsieh e Olken (2014) estimam que cerca de 90 por cento das empresas do México empregam menos de 10 trabalhadores, e que na Índia e na Indonésia, esta percentagem é próxima dos 100 por cento.

Como já mencionado no Capítulo 3, Fox e Sohnesen (2012) examinaram dados de inquéritos a agregados familiares de 13 países da África Subsaariana para determinar a distribuição do emprego em cinco tipos de unidades económicas. As suas conclusões revelam que as empresas formais dos setores privado e público representam 13 por cento do emprego, ao passo que 87 por cento do emprego se concentra em unidades associadas ao setor informal.

Com base nos resultados de Fields (2017), Stuart, Samman e Hunt (2018) concluem que os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados constituem a maior parte da mão de obra nos países em desenvolvimento mais pobres (quase três quartos dos trabalhadores dos países de baixo rendimento). Constataram, em particular, que 85 por cento dos trabalhadores da Índia eram trabalhadores por conta própria ou trabalhavam ocasionalmente e que 73 por cento dos trabalhadores não agrícolas do Bangladesh eram trabalhadores por conta própria.

Outros estudos reconheceram implicitamente a importante contribuição das empresas mais pequenas para a criação de emprego. Por exemplo, McKenzie e Paffhausen (2017) fornecem evidências descritivas sobre os tipos de empresas com maior probabilidade de não sobreviverem nos países em desenvolvimento, salientando que a razão mais comum para a morte das empresas é o facto de as empresas menos rentáveis e menos produtivas acabarem por sofrer perdas e fechar. Foi feita outra tentativa para obter uma imagem mais clara do papel das pequenas empresas por Kushnir, Mirmulstein e Ramalho (2010), que avaliaram bases de dados (SFI, MPME e indicadores dos países) contendo estatísticas sobre microempresas e outras classes de dimensão das empresas. El-Hamidi e Baslevent (2013) concluíram que mais de 90 por cento dos empregos no Egito e na Turquia eram proporcionados por empresas com menos de 50 trabalhadores, e que a maioria dessas micro e pequenas empresas operavam em economias urbanas. De igual modo, Fox e Sohnesen (2012) apuraram que as empresas domésticas geravam a maioria dos novos empregos fora do setor da agricultura nos países africanos.

Muitos estudos têm analisado a percentagem no total do emprego das microempresas e dos trabalhadores por conta própria em países individuais. Por exemplo, Fajnzylber, Maloney e Montes-Rojas (2006) sublinham o facto de as microempresas do México oferecerem oportunidades de emprego potencialmente desejáveis a trabalhadores que de outra forma enfrentariam dificuldades para entrar no mercado de trabalho. De Mel, McKenzie e Woodruff (2010) identificam as características do mercado de trabalho dos trabalhadores por conta própria e das microempresas no Seri Lanca, e consideram o seu potencial para impulsionar o crescimento do emprego. Recorrendo a dados em painel da Argentina, Brasil e México, Bosch e Maloney (2010) constataram que a existência de grandes setores informais nos países em desenvolvimento pode, em grande medida, ser atribuída à entrada voluntária em empregos informais, sobretudo trabalho por conta própria.



O Poder das Pequenas Empresas: Libertar o Potencial das PME

Obtenha mais informações em:
www.ilo.org/infostories/

